

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESCOLA E FAMÍLIA: A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES
FAMILIARES

Graziela Castro Pandolfo

Porto Alegre, 2012.

Graziela Castro Pandolfo

ESCOLA E FAMÍLIA: A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES
FAMILIARES

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Anita Brumer

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia que, através dos docentes e funcionários, prestaram apoio institucional e ensino de excelência.

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida durante um ano de curso e que permitiu com que eu me dedicasse integralmente aos estudos neste período.

À orientadora, Dra. Anita Brumer, que desde a graduação no curso de Ciências Sociais compartilha seus conhecimentos e me orienta na realização dos meus estudos, agradeço, sobretudo, pela dedicação com que executa esta tarefa e pela paciência prestada.

Aos entrevistados – produtores rurais, jovens agricultores familiares e professores do ensino básico – sem a participação dos quais não teria sido possível a realização deste estudo.

Aos meus pais, que me forneceram as bases para que eu pudesse me dedicar aos estudos e realizar meus objetivos.

Um agradecimento especial ao Lucas, companheiro e amigo, por estar ao meu lado ao longo deste processo, me ajudando e me incentivando na realização deste trabalho.

RESUMO

Considerando o contexto de transformações pelas quais vem passando o universo rural nas últimas décadas, este estudo aborda a reprodução da agricultura familiar sob a perspectiva dos jovens agricultores, analisando os papéis desempenhados pela família e pela escola, enquanto instâncias socializadoras, na construção social dos jovens agricultores. Realizou-se uma análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas e grupo focal aplicado aos jovens agricultores, produtores familiares e professores nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, na região Centro Serra do Rio Grande do Sul. Observou-se um ambiente rural em que as perspectivas de continuidade das atividades agrícolas estão fortemente comprometidas em função da crise na sucessão dos estabelecimentos familiares. Tanto os projetos juvenis quanto as estratégias familiares indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. Se a família já não possui mais o monopólio do processo de socialização das novas gerações e demonstra estar contribuindo para o fluxo migratório juvenil através do investimento na educação formal de seus filhos, a escola colabora com o enfraquecimento do tecido social do campo ao efetuar um ensino descontextualizado com a realidade rural e que não incentiva a utilização dos conhecimentos transmitidos por ela nos estabelecimentos agrícolas.

Palavras-chaves: agricultura familiar, reprodução social, socialização, projetos profissionais.

ABSTRACT

Considering the set of transformations through which the rural context has been undergoing in recent decades, this study addresses the reproduction of family farming from the perspective of young farmer workers, analyzing the roles performed by family and school as socializing instances in the social construction of these young people. We made a qualitative analysis based on structured interviews and focus groups applied to young farm workers, family farmers and teachers in the cities of Sobradinho and Passa Sete, in the Centro Serra region of Rio Grande do Sul. It was observed a rural setting where the prospects of continuity of agricultural activities are severely affected due to the crisis in the succession of family farms. Both youth project and family strategies indicate the search for better living conditions outside of agriculture. If the family has no longer the monopoly over the process of socialization of the new generations and demonstrates to be contributing to juvenile migration through investment in formal education of their children, the school collaborates with the weakening of the social fabric of the field through a teaching that is not contextualized according to the rural reality and that does not encourage the use of knowledge passed by school in farms.

Keywords: family farming, social reproduction, socialization, professional projects.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2. OBJETIVOS	15
1.3. HIPÓTESES	15
1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2. O DEBATE TEÓRICO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
2.1. O CONCEITO DE JUVENTUDE	20
2.2. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	25
2.3. A REPRODUÇÃO SOCIAL ENQUANTO CONCEITO E AS ESPECIFICIDADES DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.4. PROJETOS	35
3. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA	38
3.1. PANORAMA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR	38
3.2. TRANSFORMAÇÕES NO UNIVERSO RURAL	40
3.3. OS FUMICULTORES	44
3.4. A REGIÃO CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL	48
4. ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	54
4.1. O TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: SOCIALIZAÇÃO, SUCESSÃO E AS PERSPECTIVAS DOS PAIS SOBRE O FUTURO DOS FILHOS	54
4.2. A ESCOLA COMO INSTÂNCIA SOCIALIZADORA	66
4.3. REPRODUÇÃO SOCIAL: OS PROJETOS DE VIDA E AS AVALIAÇÕES	75

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6. REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	98

TABELAS

Tabela 01 – Número médio de moradores por domicílios rurais no Brasil – 1991, 2000, 2010	41
Tabela 02 – Anos de estudo de pessoas com 10 anos ou mais de idade, residentes no meio rural – Brasil (2001 e 2009)	42
Tabela 03 – População Municipal por Situação do Domicílio	49
Tabela 04 – Indicadores Sociais	51
Tabela 05 - Classes de rendimento nominal per capita, em domicílios particulares permanentes - 2010	52
Tabela 06 – Indicadores econômicos de Sobradinho e Passa Sete	52
Tabela 07 – Número de estabelecimentos, valor da produção e área colhida dos principais produtos da lavoura temporária de Sobradinho e Passa Sete	53
Tabela 08 – Pessoas entre 10 e 17 anos segundo a situação de atividade e local de residência – RS	55
Tabela 09 – Participação no trabalho	56
Tabela 10 – Participação nas atividades de gestão do estabelecimento	57
Tabela 11 – Três principais atividades a serem introduzidas ou ampliadas nas escolas	70
Tabela 12 – Três atividades realizada com maior frequência pelos jovens nos momentos de lazer	71
Tabela 13 – Avaliações	78

GRÁFICOS

Gráfico 01 – População municipal por faixa etária	50
---	----

QUADROS

Quadro 01 – Nível de estudo almejado para os filhos	61
Quadro 02 – Profissão almejada para os filhos	62
Quadro 03 – Taxas de distorção entre série e idade	67

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo analisa-se o processo de socialização dos jovens agricultores familiares nos âmbitos familiar e escolar e as implicações deste na formação de seus projetos de vida. A compreensão da socialização nestas dimensões ajuda a entender o processo de sucessão geracional nos estabelecimentos familiares e, por consequência, colabora para uma análise sobre a reprodução social na agricultura familiar. Neste estudo, família e escola são observados como eixos norteadores deste processo: a família, enquanto instituição que tradicionalmente insere os jovens nas atividades agrícolas, criando as disposições para a continuidade da unidade produtiva familiar; e a escola, que de forma análoga, concentra as expectativas e os meios para uma orientação profissional não-agrícola.

A agricultura familiar é caracterizada por sua diversidade, incluindo desde unidades produtivas modernizadas e integradas ao mercado até os modelos mais tradicionais. Apesar das diferenças encontradas, é possível considerar como agricultura familiar os estabelecimentos agropecuários nos quais os membros da família estão presentes de forma ativa nestes três elementos: têm a posse da propriedade, gerem o estabelecimento e trabalham diretamente na produção (ABRAMOVAY, 1997).

No estado do Rio Grande do Sul, a agricultura ocupa posição importante, sobretudo no que se refere às questões sociais e econômicas. Apesar das grandes propriedades concentrarem a maior parte das áreas agrícolas do estado (69,4%), os estabelecimentos de tipo familiar são responsáveis por quase metade (49,6%) do valor da produção agropecuária, correspondem a 85,8% das unidades agrícolas e empregam 80,5% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006).

A despeito da importância desta atividade, observa-se a diminuição da população rural¹ ao longo dos últimos anos. Em 2000 havia no estado do Rio Grande do Sul 1.869.814 habitantes em áreas rurais (IBGE, 2000), já em 2010 este número

¹ De acordo com a definição do IBGE (2007), na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural compreende a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, incluindo os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério pode ocasionar a subestimação da população rural, uma vez que sedes municipais ou distritais com algumas centenas de habitantes são consideradas área urbana.

diminuiu para 1.593.638 (IBGE, 2010). Entre os fatores que explicam esta diminuição encontram-se as transformações pelas quais vem passando o meio rural brasileiro, como o desenvolvimento do capitalismo e a fragilização das condições de vida dos pequenos produtores, que dificultam a reprodução social na agricultura familiar e reduzem as possibilidades de permanência das novas gerações nesta atividade, já que, de forma geral, a continuidade desta profissão depende da reprodução social de base familiar (WEISHEIMER, 2004).

O meio rural também passou por um processo de urbanização nas últimas décadas, que decorre, principalmente, de dois fatores: o processo de industrialização e o transbordo do mundo urbano sobre os territórios rurais. Este duplo processo resultou na integração da agricultura ao restante do mercado, sendo difícil sua desvinculação dos setores que lhes fornecem os insumos e consomem seus produtos (SILVA, 1997).

Outro fenômeno envolvendo a população rural refere-se à crescente ocupação desta em atividades não agrícolas no campo e na cidade. De acordo com Del Grossi (1999), entre os anos de 1981 e 1995 a população economicamente ativa (PEA) rural ocupada em atividades não agrícolas passou de 2,9 milhões para 3,9 milhões, passando a representar 26% da PEA rural ocupada. Entre os fatores explicativos dessa transformação, destacam-se a diminuição das ocupações agrícolas em decorrência dos avanços tecnológicos, a crise na agricultura, as novas funções do meio rural e a emergência de novos atores sociais rurais, as mudanças na família e na produção agrícola e a crescente similaridade entre o mercado de trabalho urbano e rural (BALSADI, 2001).

Apesar da diversidade de situações encontradas no meio rural, é consenso que a concepção do rural como um ambiente unicamente agrícola foi superada, enquanto novas funções passam a ser consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução das famílias que habitam este espaço (ELESBÃO, 2007). As atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias rurais passaram a integrar a pauta de estudos da questão (BALSADI, 1997; SILVA, 1997; SCHNEIDER, 1999) e aparecem, com diferente intensidade, em praticamente todo o rural brasileiro (ELESBÃO, 2007).

O conceito de pluriatividade foi a maneira mais adequada de definir a questão da diversidade de formas de trabalho e renda nas unidades agrícolas, sendo utilizado para descrever a diversificação existente dentro e fora da propriedade e o surgimento de uma

série de atividades que crescem no meio rural (SCHNEIDER, 1999). O conceito abrange as atividades desenvolvidas por todos os membros da unidade de produção familiar, assim, um deles pode dedicar-se integralmente à produção agrícola enquanto os demais desenvolvem outras atividades, sem com isso caracterizar atividade agrícola em tempo parcial (ELESBÃO, 2007).

A pluriatividade faz parte de uma estratégia de sobrevivência ou de ampliação do consumo por parte do trabalhador, uma vez que seu envolvimento em uma única atividade nem sempre é capaz de garantir o seu sustento e de sua família. Além disso, a integração ao sistema econômico e aos valores da sociedade urbano-industrial estimula a elaboração de projetos individuais que tem como objetivo o alcance de uma vida melhor, ao passo que a criação de novas necessidades rompe com o padrão de reprodução anterior, aumentando as possibilidades de realização de projetos individuais (CARNEIRO, 1998).

Nos projetos individuais dos jovens está presente a ambiguidade característica da convivência com dois universos culturais distintos, o desejo de sair para estudar e ter uma profissão, o que significa a migração para um centro urbano, e a vontade de continuar residindo no local de origem (CARNEIRO, 1998). A autora complementa:

O conflito entre os interesses familiares e os projetos individuais resulta em negociações que têm como referência um sistema de valores que combina o universo simbólico 'tradicional' - mantido e atualizado pela família - e os da 'modernidade', adquiridos na sociabilidade da cidade. (CARNEIRO, 1998).

Atividade agrícola é essencialmente familiar e dificilmente indivíduos externos são a ele incorporados. A reprodução ocorre quase que exclusivamente através da continuidade da atividade por um dos herdeiros da família e dela depende a manutenção da unidade produtiva. Em vista disso, as novas gerações de agricultores vão sendo socializadas desde a infância no trabalho agropecuário. Diante deste contexto, é possível inferir que haja uma crise na sucessão hereditária da agricultura familiar, uma vez que ainda prevalece entre os jovens agricultores familiares a formulação de projetos profissionais e de vida que rompem com a continuidade na atividade agrícola (WIESHEIMER, 2007).

Identificados estes elementos, este estudo aborda a reprodução da agricultura familiar sob a perspectiva dos jovens agricultores, agregando conhecimento ao tema à medida que traz para o debate elementos ainda pouco explorados pelos pesquisadores das relações sociais no mundo rural, explorando as transformações pelas quais vem passando o meio rural e aprofundando a análise referente à socialização exercida pela família e pela escola e seus efeitos na construção social das novas gerações de agricultores familiares.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

A preocupação em relação às dinâmicas sociais do mundo rural vem sendo pautada por diversos estudiosos da questão agrária brasileira e as análises em relação às peculiaridades da migração têm se tornado mais complexas à medida que agregam variáveis como idade e sexo entre os condicionantes deste processo. A partir de perspectivas distintas e complementares - tais como a invisibilidade do trabalho feminino dentro da unidade de produção familiar (BRUMER, 1996; MELO; DI SABBATO, 2006), a transmissão da terra entre os herdeiros das unidades produtivas (CARNEIRO, 2001; DEERE; LEÓN, 2002; PAULILO, 2004; SPANEVELLO, 2008) e a condição juvenil na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2009) - foi sendo construído um arcabouço teórico que contribui para a compreensão acerca das causas do êxodo rural, sobretudo entre as camadas mais jovens da população que vive no campo.

Entre os determinantes para a expulsão desses jovens, são ressaltados os problemas que inviabilizam a sobrevivência e reprodução social no campo, como a introdução das relações de produção capitalista nas áreas rurais, responsável pela expropriação dos camponeses de suas terras, assim como, o aumento da produtividade do trabalho, que limitam o número de postos de trabalho disponíveis na agricultura (SINGER, 1973, p.38). Outros fatores de expulsão são as condições do trabalho agrícola, caracterizadas por longas jornadas, proximidade com agrotóxicos, exposição ao clima (sol intenso e frio, por exemplo), ausência de férias e descanso semanal (como ocorre na produção de leite), entre outros aspectos (CHAMPAGNE, 1986). Entre os

fatores de atração das zonas urbanas, destacam-se as facilidades oferecidas pelas cidades, como o acesso à educação, ao trabalho formal com salário e jornada fixa de trabalho e a diversidade em opções de lazer.

Os jovens são socializados pelos pais desde muito cedo no trabalho agrícola, através da inserção em atividades produtivas. O que se verifica é a união entre a socialização familiar e laboral, diferente da realidade enfrentada pelos jovens residentes em centros urbanos, para os quais, de modo geral, a socialização no trabalho ocorre em idade mais avançada e sem o comando da família. Essa estreita relação entre família e trabalho no processo de socialização dos jovens agricultores familiares resultou em diversos estudos sobre o tema, desde os que tratam da divisão do trabalho nos estabelecimentos familiares (BRUMER; ROSAS; WEISHEIMER; 2000; PAULILO, 1987), até os que, partindo desta questão, expõem a falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres e pelos jovens na unidade produtiva (BRUMER, 1996; WOORTMANN, 1995).

Apesar da relação entre família e trabalho na socialização dos jovens agricultores familiares, é importante considerar os demais agentes envolvidos na socialização desta camada social - tais como a escola e os grupos de pares - para uma compreensão mais profunda dos aspectos que envolvem a reprodução social deste grupo. É possível dizer ainda que existe uma lacuna no conhecimento acerca do processo de socialização vivenciado pelos jovens agricultores familiares, sobretudo quando se considera a importância que outras esferas sociais vêm adquirindo na vida deste grupo.

Juntamente com a família, a escola se constitui como uma das principais instâncias de socialização das novas gerações no meio rural, porém, o que se verifica na bibliografia que trata do problema é a existência de um descompasso entre a escolarização e a atividade agrícola. Para Champagne (1986), a crise da identidade camponesa estaria relacionada à imposição da escolarização. Seguindo esta linha de análise, Damasceno e Beserra (2004) afirmam que as expectativas governamentais são divergentes do que esperam as populações rurais e concluem que as escolas rurais são inadequadas para o seu meio. Ao sistematizar estudos que analisam as percepções e significados atribuídos pelos jovens à educação, Weisheimer (2005) chama a atenção para a percepção dos jovens em relação à escolarização como uma condição necessária para viabilizar uma possível inserção no mercado de trabalho.

O prosseguimento nos estudos pode estar associado a projetos de trabalho em atividades não agrícolas e à vida fora do meio rural, no entanto, os jovens estão conscientes da importância da educação e da profissionalização da atividade agrícola, necessária para a aplicação das novas técnicas agropecuárias, para o gerenciamento de créditos bancários e para comercialização da produção. É possível observar que a identificação, por parte dos jovens, entre os conteúdos escolares e a atividade agropecuária e vem sendo reforçada pelo incremento na oferta de cursos (técnicos e de graduação) voltados para a qualificação da população rural, através da descentralização das unidades das instituições de ensino e da disseminação dos cursos oferecidos a distância (CARNEIRO, 1998; GAVIRIA; PEZZI, 2007).

Ao frequentar a escola, sobretudo aquelas situadas em centros urbanos, o jovem entra em contato com um sistema variado de valores, além disso, as relações entre o urbano e o rural se intensificam a partir da propagação de tecnologias e do acesso aos meios de comunicação, o que possibilita aos jovens maior interação com pessoas e realidades distintas. Ao invés da referência exclusiva a um único sistema cultural, esses jovens estariam vivenciando uma situação complexa, resultante da combinação singular de sistemas simbólicos particulares e universos culturais distintos, em que novas identidades estariam sendo elaboradas com interferência na formulação de projetos e trajetórias individuais (CARNEIRO, 1998).

Considerando o contexto de transformações em curso no mundo rural, este estudo aborda a reprodução da agricultura familiar sob a perspectiva dos jovens agricultores, analisando os papéis desempenhados pela família e pela escola, enquanto instâncias socializadoras, na construção social dos jovens agricultores. Dessa forma, a questão que se coloca é: de que modo, neste contexto de transformações no meio rural, o processo de socialização vivenciado por rapazes e moças no ambiente familiar e no ambiente escolar relaciona-se à reprodução social deste grupo.

As principais questões que se buscou responder foram: de que forma os jovens são socializados pela família na unidade de produção familiar? Quais as perspectivas profissionais dos pais em relação aos filhos? Qual o papel da escola na formação dos jovens agricultores familiares? Os projetos profissionais dos jovens agricultores apontam para continuidade ou para ruptura com a atividade agrícola?

1.2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Aprofundar a análise sobre o processo de socialização dos jovens agricultores familiares pela escola e pela família, tendo em vista as perspectivas de reprodução da agricultura familiar a partir dos projetos de vida e das avaliações sobre o meio rural formulados pelos jovens agricultores.

Objetivos Específicos

- Analisar de que forma os jovens são socializados pela família no trabalho agrícola e quais as perspectivas dos pais em relação ao futuro dos filhos;
- Avaliar o comprometimento dos jovens em relação aos estudos e a sociabilidade destes jovens na escola e com os grupos de pares;
- Compreender de que forma a escola prepara os jovens para a inserção profissional e qual o preparo destas para receber os jovens de famílias agricultoras;
- Analisar os projetos de vida dos jovens e suas avaliações sobre o urbano e o rural, avaliando as perspectivas de reprodução social da agricultura familiar;

1.3. HIPÓTESES

- a) O estímulo para o prosseguimento nos estudos faz parte das estratégias dos pais para aqueles filhos que não serão herdeiros na propriedade familiar, enquanto que o filho que será sucessor, normalmente do sexo masculino, é estimulado no trabalho e gestão do estabelecimento agrícola;
- b) Para os jovens a educação é um componente fundamental na construção de seus projetos de vida, estando diretamente associada ao abandono do trabalho agrícola e sendo mais valorizada pelas moças, já que são estas que possuem menores perspectivas de continuidade na atividade agropecuária;

1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste estudo se fundamentou em duas etapas, análise de dados secundários e coleta de dados empíricos. Cada etapa consistiu num método distinto, que se configurou como o mais adequado ao objetivo proposto.

A análise de dados secundários buscou contemplar a caracterização do universo de pesquisa através do levantamento de dados demográficos, socioeconômicos e sócio-históricos; a identificação das transformações recentes pelas quais vêm passando os espaços rurais brasileiros; e aprofundamento da compreensão sobre a condição juvenil na agricultura familiar, ambas alicerçadas na revisão de pesquisas recentes produzidas por estudiosos da temática.

Na produção de dados empíricos optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas, realizadas com dezessete jovens agricultores familiares e com nove produtores agrícolas pais de jovens, e um grupo focal com cinco docentes de uma escola cujo público compreende jovens de famílias agricultoras.

A coleta dos dados empíricos se deu nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, ambos situados na microrregião Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha das localidades se justifica por se tratar de uma área caracterizada pela produção agrícola de tipo familiar e pela facilidade de acesso decorrente da participação em pesquisas anteriores na região. Outro aspecto considerado é o fato de ser o tabaco o principal produto agrícola da região, o que coloca os produtores locais frente a uma nova legislação que proíbe a participação de menores de 18 anos nas atividades produtivas que envolvam este produto e, por consequência, acaba por restringir (ao menos no que se refere a algumas tarefas) a tradicional socialização das novas gerações nas atividades laborais da unidade de produção familiar.

A coleta dos dados ocorreu em duas etapas, a primeira, no mês de junho de 2011 e a segunda em novembro do mesmo ano. Partiu-se de um roteiro semiestruturado com abertas e fechadas. Prevaleram nos roteiros as questões abertas que se constituíram como perguntas-chave e quando considerado necessário foram acrescentadas novas

questões com a finalidade de aprofundar temas de análise². Os jovens entrevistados foram localizados em escolas (municipais e estaduais), ao passo que os produtores foram indicados por um informante-chave da região que facilitou o acesso até as propriedades. Para compreender a visão dos professores sobre a problemática proposta, foi realizado um grupo focal³ com docentes de uma instituição de educação básica da região. Utilizou-se como base um roteiro com questões que foram levantadas para que os cinco professores participantes do grupo discutissem em reunião que teve a duração de cerca de 60 minutos.

É oportuno salientar que se tratou de um estudo de caso e que os resultados obtidos não podem ser generalizados com emblemáticos da situação na agricultura familiar como um todo. Buscou-se aprofundar questões relativas ao processo de socialização e à formulação dos projetos de vida das novas gerações agrícolas, e não generalizar ou criar um modelo causal que defina os projetos juvenis como fruto unicamente dos aspectos analisados. Isto porque os aspectos que determinam a construção dos projetos de vida desses jovens e, por conseguinte, evidenciam as perspectivas de reprodução social deste segmento, são diversos e variam segundo a região, matriz produtiva, condição econômica e material, estrutura de oportunidades local, entre outros.

As entrevistas e os resultados do grupo focal foram analisados com o apoio da técnica de análise de conteúdo. Esse método é composto por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a

² De acordo com Gil (1993), a entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. O pesquisador inicia a entrevista com alguns questionamentos básicos, apoiado pelas teorias que norteiam a pesquisa, ao logo da entrevista podem surgir outras questões que poderão ser aprofundadas na mesma entrevista ou posteriormente, pois os informantes podem ser submetidos a várias entrevistas visando à obtenção do máximo de informações (TRIVIÑOS, 1992).

³ A entrevista em grupo focal se caracteriza por ser uma discussão conduzida a respeito de um tópico, na qual são introduzidas as questões ao conjunto de respondentes e direcionada sua discussão de forma natural e não estruturada. O objeto de análise é a interação dentro do grupo e os participantes influenciam uns aos outros através das respostas dadas durante o diálogo que vai sendo estimulado pelo moderador. Assim como a entrevista semiestruturada, o grupo focal segue um roteiro elaborado com base em perguntas relevantes e que assegurem ao pesquisador a obtenção dos resultados que pretende atingir, porém, essas questões servem de orientação ao moderador e podem ser acrescentadas ou suprimidas de acordo com a forma como vai seguindo o debate (GUIGUE; JUSTO, 2003).

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979).

O procedimento consistiu em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que posteriormente foram agrupados em torno de categorias. Tais elementos constituíram as unidades de análise (LAVILLE, DIONNE; 1999). Segundo Laville e Dionne (1999), a melhor forma de trabalhar os conteúdos é recortá-los em temas que traduzam uma ideia. Portanto, as unidades de análise foram palavras, expressões e conceitos. Optou-se, neste estudo, por um modelo misto de seleção das categorias de análise, ou seja, partiu-se de um conjunto de categorias estabelecidas que pode ser modificado a partir da análise.

Para identificar as transformações que vêm se processando no meio rural nas últimas décadas, a análise foi dividida em três dimensões: social, cultural e tecnológica. O objetivo consistiu em identificar as mudanças ocorridas e os impactos na vida das famílias agricultoras e nas possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. Os aspectos considerados foram os seguintes: recomposição familiar, diminuição da fertilidade, crescimento da escolaridade, ocupação da população agrícola, acesso às novas tecnologias e à internet, etc.

No que se refere à socialização dos jovens agricultores familiares, a análise se dividiu em duas dimensões, buscando compreender de que forma estes jovens são socializados pela escola e pela família. No âmbito escolar foram avaliados os seguintes aspectos: a) comprometimento com os estudos, mensurando a frequência dos jovens às aulas, a repetência e tempo dedicado fora da escola aos estudos e às tarefas escolares; b) análise da participação dos jovens em atividades de sociabilidade promovidas e/ou apoiadas pela comunidade escolar, participação em grupos de pares (grêmios estudantis, associações, etc.) e a realização de atividades de lazer com colegas da escola e acesso e uso que fazem da internet; c) visão dos professores sobre socialização dos jovens agricultores, buscando identificar suas concepções a respeito do meio rural e do meio urbano, sobre o papel da escola na socialização dos jovens rurais, os valores que consideram que devam ser transmitidos pela escola e os recursos didáticos utilizados para transmitir os valores que julgam importantes. No âmbito familiar foram avaliados três aspectos: a) participação dos jovens no trabalho agrícola e na gestão da propriedade, buscando compreender de que forma eles estão inseridos nestes processos: atividades produtivas nas quais estão inseridos e pelas quais são responsáveis, carga horária

semanal dedicada ao trabalho na unidade produtiva familiar, atividades de gestão da propriedade da qual participam e atividades de gestão pelas quais são responsáveis; b) possibilidade de sucessão na propriedade dos pais, identificando qual é o filho escolhido para ser sucessor e se há o desejo de suceder os pais na propriedade; c) avaliação dos pais em relação à socialização, avaliando suas opiniões em relação ao papel da família na socialização dos filhos, identificando os valores que consideram que devam ser transmitidos aos filhos e de que forma preparam seus filhos para inserção profissional.

Quanto à reprodução social da agricultura familiar, a análise partiu do pressuposto de que as avaliações e os projetos de vida formulados pelos jovens revelam a disposição dos mesmos em seguir a atividade agrícola ou ir em busca de outra. No que diz respeito às avaliações, foram consideradas as opiniões dos jovens sobre a educação, sobre o modo de vida no meio rural e no meio urbano, sobre o trabalho no campo e na cidade e sobre as possibilidades de lazer. No que tange aos projetos de vida, foram analisados os projetos educacionais e profissionais, tais como pretensão de continuar os estudos e o nível de escolaridade pretendido, a área de formação e de atuação profissional almejada, local no qual pretende desenvolver suas atividades profissionais (rural ou urbano) e onde pretende fixar moradia.

2. O DEBATE TEÓRICO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo será apresentada uma síntese da discussão sobre os conceitos adotados nesta pesquisa: juventude, socialização, reprodução social, identidade e projetos. No que diz respeito às abordagens acerca das definições de juventude, será tratada sua emergência histórica enquanto categoria social e traçado um panorama das principais formas de utilização em âmbito acadêmico. Quanto ao conceito de socialização, serão retomadas as referências clássicas desse debate, apresentadas as formas como o conceito foi abordado na medida em que se desenvolviam os estudos científicos e discutidas as especificidades da socialização de jovens de famílias agricultoras. No que se refere ao debate sobre a reprodução social, serão apresentadas as principais questões teóricas que envolvem a discussão, as especificidades da reprodução social do modo de produção agrícola familiar e o papel dos jovens neste processo. Sobre as discussões acerca da identidade, serão analisadas as formas como a mesma vem sendo trabalhada no interior das principais correntes teóricas que abordam o conceito: os estudos culturais, a sociolinguística interacional, a etnografia e o interacionismo simbólico. Quanto ao conceito de projetos serão examinados sua emergência e principais abordagens.

2.1. O CONCEITO DE JUVENTUDE

Segundo Philippe Ariès (1981), historicamente, o conceito de juventude passou por um processo de transformação. Ele emergiu com a modernidade, com base em dois processos: primeiro, a partir do século XII, as famílias passam a voltar-se cada vez mais para si e a organizar-se em volta das crianças, sendo então de responsabilidade dos pais propiciarem o futuro para seus filhos; posteriormente, constituiu-se como uma etapa preparatória para a inserção no mercado de trabalho, configurando-se como um momento de transição entre a infância e a vida adulta.

Karl Mannheim defende que cada geração tem um contato original com a herança cultural acumulada, visto que a criação e a acumulação cultural nunca são realizadas pelos mesmos indivíduos: ocorre tanto o surgimento contínuo de novos participantes no processo cultural, como o desaparecimento sistemático dos antigos participantes daquele processo; a participação de qualquer membro de uma geração dá-se durante um tempo limitado do processo histórico, e a transmissão da herança cultural realiza-se através da série ininterrupta das gerações. Estes aspectos impõem-se como condições estruturantes das relações entre indivíduo e sociedade assim como a transmissão e adaptação da herança cultural nas sociedades (MANNHEIM, 1982).

A geração é uma condição situacional em determinado contexto histórico e social, composta por quem vive uma “*situação*” comum perante as dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma “*situação de geração*”. A situação de geração se configura como locais geracionais que estruturam posições sociais vivenciadas por indivíduos de um mesmo grupo etário, mas que não se reduz a idade dos mesmos (MANNHEIM, 1982, p. 85).

Mannheim esclarece ainda que os indivíduos de gerações diferentes vivenciam de maneira diferenciada os processos históricos simultâneos e os membros de uma mesma geração também podem construir significados distintos ao mesmo contexto histórico. Assim, a geração, como a classe social, apresenta-se mais como uma potencialidade do que um grupo concreto. Para ele,

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas. (MANNHEIM, 1968, p. 87).

Nesta abordagem, as experiências dos jovens possuem papel central e se constituem como propulsoras da dinâmica da sociedade e de transformações culturais e de relações sociais, pois, segundo o autor, as novas gerações não estão completamente enredadas no *status quo* da sociedade (MANNHEIM, 1968). Este estranhamento permite que novos valores e comportamentos sejam incorporados pela juventude. Resultam daí duas possibilidades de equação das relações intergeracionais: a primeira dando ênfase aos conflitos entre as gerações, entre os jovens e a ordem social

estabelecida ou mesmo entre os próprios jovens; a segunda, na qual a juventude é vista a partir de seus potenciais de mudança, e sua capacidade criadora e inventiva é enfatizada. A juventude é percebida como parte dos *recursos latentes* de que a sociedade dispõe e de seu engajamento depende a vitalidade da própria sociedade. (MANNHEIM, 1968).

Por seu caráter dialético, a perspectiva sociológica das gerações possibilita que se perceba a juventude enquanto uma ligação entre o passado e o futuro e a renovação permanente da sociedade através dela, uma vez que o processo de transição das gerações estabelece-se por meio das interações constantes entre jovens e adultos. Neste contexto de interações constantes, os mais velhos também se tornam receptivos às influências dos mais novos (SOUSA, 2006).

Organizações de desenvolvimento e contagem populacional utilizam uma perspectiva cronológica, com o estabelecimento de diferentes faixas etárias para estabelecer as fronteiras entre quem é ou não considerado jovem. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é um processo biológico que compreende as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos) enquanto a juventude é vista como uma categoria sociológica indicando o processo de preparação dos indivíduos para a vida adulta e estaria compreendida entre 15 e 24 anos. (WAISELFISZ, 2002). Já a Organização Ibero-americana de Juventude considera como juventude a faixa entre os 14 e os 30 anos de idade. E no Brasil, o IBGE classifica o “*grupo jovem*” entre 15 a 24 anos, dividido em três recortes etários: 15 – 17 anos como jovens adolescentes; 18 – 20 anos como jovens; e 21 – 24 anos como jovens adultos (BAENINGER, 1998: 26). Os exemplos demonstram que a definição da faixa etária que corresponde à juventude é uma construção social e varia conforme os critérios eleitos por quem o faz.

Na pesquisa social empírica, a abordagem cronológica que estabelece as faixas etárias torna-se importante pela definição precisa dos critérios de inclusão e exclusão de indivíduos na categoria juventude e exige do pesquisador a explicitação dos parâmetros teóricos que definem a construção operacional da categoria analítica. No entanto, existem limitações a esta abordagem, tendo em vista que nem sempre a idade cronológica coincide com as atribuições sociais (como o casamento, a paternidade ou maternidade, o ingresso no mercado de trabalho ou a saída da casa dos pais). É neste sentido que Bourdieu enfatiza que a juventude é apenas uma palavra e lembra que

juventude e a velhice não são dados, mas construções sociais na luta entre os jovens e os velhos (BOURDIEU, 1983:113). O autor observa que a demarcação etária corresponde a um jogo de lutas pela imposição de sentido que assinala quem é incluído e quem é excluído da categoria, ou seja, deve-se estar atento ao jogo de manipulações destas construções normativas, uma vez que as divisões entre idades são arbitrárias e a fronteira que separa a juventude e vida adulta, assim como a velhice, é um objeto de disputa que envolve a dimensão das relações de poder (BOURDIEU, 1983).

A definição da juventude como um período de transição se tornou importante quando foi assumida pela UNESCO na Conferencia Internacional sobre Juventude, ocorrida em Grenoble em 1964. Esta definição buscou uma operacionalização que desse conta de diferentes aspectos envolvidos no fenômeno, como a ideia de transição, a noção de fronteiras demarcadas por critérios biológicos (início) e culturais (término) e a representação sobre indivíduos concretos que pertencem a uma determinada faixa etária (WEISHEIMER, 2009).

Nesta perspectiva, a categoria juventude é tida como um estágio no qual o jovem se inicia na vida social, mas por se tratar de uma situação de passagem, configura-se como uma condição de relatividade na qual estão presentes direitos e deveres, responsabilidade e independência mais amplas do que as das crianças e não tão completas quanto as dos adultos (ABRAMO, 1994: 11). Assim, é possível perceber que esta transitoriedade implica em uma relativa fragilidade social e subalternidade, pela ambivalência e transitoriedade social que caracteriza a liminariedade da juventude (WEISHEIMER, 2009).

Conforme Galland (1991), na primeira metade do século XX, a juventude popular poderia ser definida através das seguintes características: o jovem não vai mais à escola, trabalha mas continua vivendo com seus pais e não é casado. Porém, entre as classes operárias o autor considera que praticamente não havia a etapa da juventude, uma vez que a passagem entre a infância e a vida adulta ocorria de forma direta, sendo concomitantes a iniciação das atividades produtivas, o casamento e o estabelecimento de uma residência desvinculada dos pais. Para os burgueses, era possível adiar o momento de assumir essas mudanças que demarcam a passagem para a vida adulta experimentando algum tipo de independência (GALLAND apud BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p.22). As transformações observadas ao longo do século XX, como o prolongamento dos anos de estudo e condições diferenciadas para ingresso no

mercado de trabalho, dissociadas da união conjugal e do abandono da casa dos pais, tornaram a questão mais complexa (SPOSITO, 1997, p.40).

A fragilidade desta abordagem é colocar a idade adulta como central no ciclo de vida humano. Analisando a juventude a partir da posição de “adulto” os pesquisadores produzem frequentemente uma visão distorcida da juventude e de seus dilemas (ALMEIDA, 2000). Dessa forma, a noção de juventude como período de transição reserva pouca precisão analítica se se desconsideram as diversidades históricas, sociais e culturais sob as quais as transições juvenis se realizam, influenciando indubitavelmente os sentidos e percepções atribuídas pelos próprios jovens à sua condição (WEISHEIMER, 2009).

Na perspectiva cultural, a juventude é a expressão da cultura de massas. Sua definição se dá a partir de critérios culturais, na qual ganha ênfase uma “cultura jovem” e a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. A mídia é um componente central na construção do que é entendido por juventude e a cultura juvenil aparece ligada à sociedade de consumo. Entre suas características podemos destacar tipos específicos de vestimentas, acessórios, linguagem, gostos musicais e práticas esportivas e de lazer. Os jovens também são considerados um mercado consumidor, que ultrapassa os limites de idade através da propagação de uma moda jovem (WEISHEIMER, 2009). Neste sentido é interessante observar que no meio rural de diversas regiões do rio Grande do Sul, a passagem da juventude para a vida adulta está associada ao casamento e, como resultado, o adulto que permanece solteiro é, em termos sociais e culturais, considerado jovem (LOPES, 2006).

Na abordagem das representações sociais, a noção de “juventude” aparece como uma expressão discursiva de uma realidade objetiva e sua categorização enfoca as relações sociais de poder e de dominação que configuram a posição juvenil. De acordo com Levi e Schmitt (1996), a sociedade constrói uma imagem dos jovens, atribui-lhes características e papéis e impõe-lhes regras e valores.

Os próprios jovens elaboram representações acerca de juventude e da crescente diferenciação e diversificação das experiências dos jovens resultam múltiplas filiações identitárias. Segundo Weisheimer (2009), a singularização das experiências contribui para o surgimento de representações próprias aos contextos de interação social e oportunidades de individualização vivenciados por indivíduos concretos. Dessa forma, os jovens tendem a compreender a juventude como um tempo de relativa liberdade de

escolhas e experimentação, de vivenciar o presente mais plenamente possível, e com importância em si mesma. Esta forma de categorização confere maior importância às experiências dos próprios jovens, para os quais a experimentação é o elemento definidor da sua condição social e formadora de suas identidades (WEISHEIMER, 2009).

Cabe distinguir a diferença que se estabelece entre “juventude” e “jovens”. Sposito (2004, p.1) chama a atenção para a superposição indevida entre fase de vida e sujeitos concretos. Quando falamos em “juventude”, referimo-nos a uma fase de vida, ou um ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais e um modo de inserção na estrutura social. Quando falamos nos “jovens”, referimo-nos aos sujeitos sociais, ou aos atores propriamente ditos, dimensão utilizada nesta pesquisa ao sugerir um recorte etário na análise.

A fim de operacionalizar sua definição, optou-se pelo estabelecimento da faixa etária de 12 a 18 anos para inclusão dos jovens no universo desta análise. A escolha desta faixa de idade está relacionada aos objetivos do estudo e considerou as peculiaridades do objeto, tais como a inserção precoce nas atividades laborais da unidade de produção familiar e por se tratar do período regular de escolarização, ambas as atividades foco deste estudo enquanto instâncias privilegiadas de socialização.

2.2. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

O tema da socialização vem sendo trabalhado em diversos estudos sociológicos ao longo da história dessa disciplina. Entre os clássicos que abordaram o conceito, destacam-se as obras de Émile Durkheim (1978), para quem a socialização consiste na transmissão das normas e valores da sociedade às novas gerações. De acordo com o autor, na tarefa de socializar as novas gerações, a educação desponta como a instância mais importante, ao realizar de forma metódica esse processo (DURKHEIM, 1978).

Na mesma perspectiva de Durkheim, para o qual a socialização está intimamente ligada à perpetuação de normas e valores sociais, outras referências importantes são: a produção de Eisenstadt (1976), que enfatiza as diferenças etárias decorrentes do próprio processo de socialização; e os estudos de Simmel (2006), que demonstra como a

sociabilidade – através das brincadeiras infantis de assumir papéis sociais – está relacionada com a socialização.

Em Simmel e Weber a autonomia individual passa a ser considerada um valor cultural, uma modalidade moderna de condução da vida de forma racional e motivada internamente (VEITH, 2002). De acordo com Grigorowitschs (2008), essa maneira de conceber as relações entre indivíduo e sociedade subsidiou o conceito de socialização em Simmel, para quem qualquer forma de interação entre os seres humanos deve ser considerada uma forma de socialização. Para este autor, o mundo social se constitui como um conjunto de relações em processo e cada relação contribui para a organização da vida em sociedade (GRIGOROWITSCHS, 2008).

Boudon e Bourricaud (1993) seguem a perspectiva que vê os processos de socialização como responsáveis pela interiorização de normas, valores, estruturas cognitivas e conhecimentos práticos. Este “esquema do condicionamento” implica na assimilação precoce e inconsciente de esquemas corporais e atitudes culturais que presumivelmente determinam suas condutas futuras. Os autores enfatizam ainda que certas aprendizagens cognitivas ou corporais levam à aquisição de aptidões específicas, outras ao domínio de procedimentos operatórios gerais, mais ou menos indefinidamente adaptáveis à diversidade das situações concretas (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

Estudos mais recentes sobre o tema ultrapassam as abordagens que enfatizavam a incorporação das normas sociais e maneiras de ser do grupo como característica do processo de socialização ao considerar o caráter dinâmico da sociedade, em que o contato original das novas gerações com a cultura abre a possibilidade de mudanças em seu sistema. Nesta perspectiva, os processos de socialização possuem uma dimensão interacional e não se pode tomar a noção de socialização como um processo de via única. Ao contrário, a socialização é percebida de forma interacionista e é na dinâmica das interações que é possível a construção de si e construção do outro (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

Na tradição sociológica interacionista norte-americana o processo de construção do ser social é visto a partir da ótica do indivíduo, assim George Mead é o primeiro autor a trabalhar a socialização enquanto construção de uma identidade social. Para este autor o conceito de socialização aparece atrelado ao desenvolvimento de um eu (*self*), de um *self* individual que é resultado de uma concepção de indivíduo dotado de certo grau de autonomia desde a infância. Mas o elemento mais importante é a compreensão

do processo de socialização como construção da identidade que ocorre na interação, o que implica o reconhecimento social que se constrói, a consideração do outro e a incorporação de papéis sociais que significam a aprendizagem de modelos (MEAD, 1934).

Tendo como base teórica as formulações de George Mead, Berger e Luckman (1973) definem socialização como a inserção do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de sua parcela. Os autores elaboram uma concepção dinâmica de ator, sujeito a processos múltiplos e contraditórios de socialização ao longo de toda a vida. Berger e Luckman (1973) chamam a atenção para o dinamismo da socialização e acreditam na possibilidade de transformação identitária no decorrer da existência humana. Para os autores, esse processo pode ser dividido em duas etapas distintas: a socialização primária, que consiste na primeira socialização experimentada pelo indivíduo (na infância), em virtude da qual se torna membro da sociedade; e a socialização secundária, definida como qualquer processo posterior que introduz o indivíduo já socializado em outros setores do mundo objetivo da sociedade. Para os autores, a socialização secundária consiste na aquisição de saberes profissionais e na interiorização de normas e técnicas para a realização do trabalho. Assim, a escola, enquanto agente de socialização secundária, contribui para a formação da identidade social desses jovens, independentemente de seu destino profissional (BERGER; LUCKMAN, 1973).

Embora Pierre Bourdieu não ofereça contribuições originais para a compreensão do processo de socialização, além das concepções já destacadas por outros autores, a partir do conceito de *habitus* e dos diferentes *capitais* é possível compreender com maior precisão as formas como esse processo de socialização é desigual em qualquer sociedade. Para Bourdieu, a sociedade é formada por diversos grupos sociais, dominantes e dominados, o que evidencia a perspectiva de um processo de socialização socialmente diferenciado. A posição social leva a um determinado tipo de socialização e a transmissão de um *habitus* específico. O autor define *habitus* como um conjunto de disposições, de formas de pensar, de sentir, de se comportar, socialmente construído e incorporado pelos indivíduos. A transmissão do *habitus* está no centro do processo de acumulação do *capital* cultural e simbólico que assegura a reprodução da sociedade (BOURDIEU, 2002).

Estudos mais recentes sobre a temática agregam novos elementos que evidenciam a complexidade do processo de socialização. Entre as abordagens referentes a este processo destaca-se a produção de Dayrell (2006), que afirma que as diferentes formas de ser jovem expressam mutações nas formas como a sociedade “produz” os indivíduos e que estas mutações interferem diretamente nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização das novas gerações, tais como a família e a escola, evidenciando a existência de novos processos. Além disso com base em Dubet e Lahire é possível afirmar que os atores sociais não são socializados apenas pelas instituições e que suas identidades não são somente construídas nos marcos do sistema; as novas gerações estão expostas a universos sociais diferenciados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes (DUBET, 1994; LAHIRE, 2002).

As experiências de socialização em múltiplos contextos geram um ator plural e, dentre as experiências de socialização, ganham destaque aquelas ocorridas nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade. Assim, os valores e comportamento aprendidos no âmbito familiar são confrontados com os valores apreendidos em outras esferas, tais como os grupos de pares da escola, a mídia e os amigos (LAHIRE, 2002).

Diversos estudos sinalizam a importância da sociabilidade no processo de socialização; a dimensão que se desenvolve nos grupos de pares, principalmente nos espaços de lazer e diversão, mas está presente nos espaços institucionais como a escola e o trabalho. O grupo de amigos é uma referência na trajetória dos jovens, pois é com os amigos que se fazem os programas, trocam-se ideias, constroem-se formas de se afirmar perante o mundo dos adultos e criam-se um “eu” e um “nós” distintos (DAYRELL, 2006).

A sociabilidade tende a ocorrer no cotidiano, no intervalo das obrigações, no ir e vir da escola ou do trabalho, no tempo livre e de lazer e em outros momentos da vida cotidiana. Mas pode ocorrer também nas instituições – no trabalho e na escola – “na invenção de espaços e tempos intersticiais, recriando um momento próprio de expressão da condição juvenil nos determinismos estruturais” (DAYRELL, 2006, p. 1111).

Pensar o processo de socialização de jovens agricultores requer que se levem em consideração algumas especificidades do objeto, como a intensa socialização no trabalho familiar, já que a principal característica da agricultura familiar está na

imbricação entre unidade de trabalho e unidade de consumo, ou seja, entre família e trabalho. É com base nisto que Weisheimer (2009) defende que a distinção entre socialização primária e secundária desaparece no processo de socialização de jovens agricultores familiares, ao menos enquanto a família permanece como o agente responsável pela socialização secundária, mas o autor não descarta a presença de outras agências – como a escola, os grupos de pares, os veículos de comunicação e a participação na vida comunitária – como concorrentes na socialização desses jovens, o que torna esse processo bastante complexo (WEISHEIMER, 2009, p. 167).

A escola desenvolve seu papel socializador, qualificando os jovens para o desenvolvimento de uma profissão futura, seja pela aquisição de conhecimentos profissionais de atividades que rompem com a agricultura familiar ou através do contato com saberes e técnicas que auxiliem no desenvolvimento do trabalho realizado no campo e vem adquirindo cada vez mais importância entre as novas gerações de agricultores, uma vez que, ao longo dos últimos anos, o tempo médio de permanência dessa população na escola tem aumentado. Além disso, sua crescente importância deve-se ainda à demanda também crescente em nossa sociedade da aquisição de novos conhecimentos e aprimoramento profissional. É nesse sentido que a escola.

2.3. A REPRODUÇÃO SOCIAL ENQUANTO CONCEITO E AS ESPECIFICIDADES DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Na sociologia, a teoria da reprodução social aparece como uma resposta intelectual a um problema concreto. De acordo com Althusser (1971), toda sociedade necessita reproduzir suas forças produtivas e as relações de produção existentes. Para este autor, a reprodução das forças produtivas está pautada na reprodução de bens materiais (ferramentas e máquinas) e da força de trabalho. A reprodução da força de trabalho estaria na alçada da educação formal (escolar), visto que a escola seria o espaço privilegiado de ensino das regras de comportamento e atitudes adequadas às posições na produção para as quais se destinam as novas gerações. Dessa forma, para Althusser, a escola representaria o aparato ideológico dominante do capitalismo e o meio pelo qual as relações de produção capitalistas são reproduzidas (ALTHUSSER, 1971).

Ao reformular a teoria marxista do Estado e da ideologia, Althusser coloca nas mãos do Estado a tarefa de reprodução das relações de classe, através de duas instituições que se apoiam, os “aparatos repressivos do estado e os “aparatos ideológicos do estado”. O aparato educacional ganha importância no capitalismo moderno por ser o canal de reprodução das relações capitalistas de produção (ALTHUSSER, 1971).

Em Giddens, o termo “reprodução social” está vinculado à transmissão de normas e valores culturais entre as gerações. Reprodução seria a repetição de algo já existente e a reprodução social consiste na transmissão e aquisição de normas, costumes e valores, sem espaço para inovações (GIDDENS, 2002).

Segundo o mesmo autor, além da repetição cultural, a reprodução social consiste na manutenção da própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais de um grupo. Ao promoverem a integração de um indivíduo na sociedade e em grupos específicos, os agentes da socialização promovem também a reprodução da estrutura social existente, ou seja, reproduzem o “status quo” (GIDDENS, 2002).

Na obra de Pierre Bourdieu (2004), a reprodução está relacionada com a perpetuação de práticas sociais. A partir do conceito de habitus o autor traça uma análise do processo de reprodução geracional. O conceito de habitus é utilizado pelo autor para explicar os mecanismos através dos quais os indivíduos aprendem a fazer parte de uma sociedade e a reproduzi-la pelas suas ações. Habitus é definido como um conjunto de disposições permanentes que possibilita aos indivíduos produzirem percepções, expressões, ações, tendo sempre como base as próprias condições históricas e sociais nos quais são construídos (BOURDIEU, 2004).

No que se refere especificamente à reprodução na agricultura familiar, Marx e Engels (1986) desempenham um papel importante para a compreensão deste mecanismo ao discutirem questões relacionadas à reprodução material e social da sociedade. Para estes autores, o processo de produção contém em si seu mecanismo de reprodução. A maneira como o homem produz, além de satisfazer suas necessidades imediatas, possibilita sua existência social, ou seja, possibilita sua reprodução social e não apenas sua reprodução biológica.

Ao estudar o modo de produção capitalista, Marx (1979) cita como principais aspectos a produção de mercadorias, o trabalho assalariado, a produção de mais-valia e a propriedade dos meios de produção. O autor distingue o mecanismo de reprodução em

duas etapas: reprodução simples, no qual toda a mais-valia é consumida pelos capitalistas sem que haja acumulação; reprodução ampliada, com a reprodução do processo de produção capitalista que possibilita a acumulação de capital e a alteração da composição orgânica de seu capital. Na visão de Marx os camponeses se constituem como um resquício da sociedade anterior, e sua tendência é de desaparecer devido à sua incompatibilidade com a sociedade capitalista moderna.

Lênin (1985, p. 112-118), ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, aprofunda a análise referente às consequências da economia mercantil sobre o campesinato. Ao contrário de Marx, esse autor não acredita no seu desaparecimento, no entanto, prevê a sua desintegração. O autor constata que a situação econômica e social na qual estava inserido o campesinato russo naquele momento era a da economia mercantil e observa a existência de todas as contradições próprias dessa economia presentes nas relações econômicas e sociais entre o campesinato. Para Lênin, as contradições existentes no interior do campesinato constituem a sua desintegração, o que, por sua vez, provoca a formação de dois grupos extremos, em detrimento do campesinato “médio”. O primeiro é a burguesia rural, que engloba os cultivadores independentes (praticantes da economia mercantil sob todas as suas formas), os proprietários de estabelecimentos industriais comerciais, empresas comerciais e outros. Neste caso, normalmente, as dimensões de exploração estão acima das possibilidades da força de trabalho da família, o que torna indispensável a formação de um contingente de operários agrícolas (sobretudo diaristas) para a manutenção do campesinato rico. O outro tipo que surge é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário ou não tem terra, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, que não tem condições de sobreviver sem vender sua força de trabalho. O nível intermediário entre esses dois tipos é o campesinato médio, porém, de acordo com o autor, é o que tem menor capacidade de se desenvolver sob a economia mercantil. Somente em condições muito favoráveis o trabalho agrícola independente cobre os gastos com a manutenção desse campesinato, e o que ocorre na maioria dos casos é o endividamento para garantir sua sobrevivência.

Para Chayanov (1981), também, a produção camponesa não seria também uma forma de produção em extinção, mas em processo de reprodução, sendo detentora de uma racionalidade que lhe confere dinâmica de funcionamento próprio. Para esse autor, a unidade de produção familiar busca o equilíbrio entre o esforço despendido com o

trabalho e as necessidades de consumo. O trabalho familiar, em oposição ao trabalho assalariado, se configura como um dos aspectos centrais que diferencia a unidade familiar das unidades de produção capitalista. A unidade de produção familiar não teria como base a apropriação do trabalho alheio, ou seja, a produção da mais-valia. Seu objetivo seria a satisfação das necessidades para sua sobrevivência. Para o autor, o estudo da composição familiar, como o número de membros que a constituem e a idade desses, é fundamental para a compreensão da produção camponesa, pois determina a quantidade de trabalho necessário para sua sobrevivência. Estudos recentes demonstram que apesar da reprodução ainda estar baseada nos recursos de que dispõe a unidade de produção familiar, sua economia está atrelada à economia capitalista. Neste sentido, José Vicente Tavares dos Santos (1984) apresenta a noção de processo de trabalho camponês, abordando sua subordinação à lógica de acumulação capitalista por parte da indústria.

De acordo com Wanderley (2001), as famílias agricultoras se esforçam tanto para prover as necessidades imediatas do grupo familiar quanto para garantir a reprodução geracional. Ou seja, as famílias definem estratégias que visam assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das novas gerações (WANDERLEY, 2001, p. 27). Entre os esforços empreendidos pelos agricultores familiares a fim de assegurar a reprodução geracional pode-se citar, entre outros, a constituição de patrimônio fundiário, a distribuição dos diversos membros em trabalhos dentro ou fora da unidade de produção familiar, as associações informais com parentes ou amigos (WANDERLEY, 2001).

Almeida (1986) traça um perfil dos processos de reprodução dos estabelecimentos familiares em curto prazo (ciclo curto) e em longo prazo (geracional). Na reprodução a ciclo curto estão fatores associados ao trabalho, ao conhecimento tradicional e aos recursos necessários para a manutenção do processo de produção. Este tipo de reprodução está relacionado às necessidades imediatas do grupo doméstico, tais como, o trabalho e o consumo. A reprodução em longo prazo, por sua vez, refere-se ao ciclo geracional, associada a aspectos como casamento, fecundidade, transmissão dos saberes e herança da terra (ALMEIDA, 1986).

Gasson e Errington (1993) analisam a reprodução intergeracional com base em três elementos: a sucessão, a transferência do gerenciamento da unidade de produção familiar para os membros das novas gerações; a partilha da herança, a transferência

legal do patrimônio; e o afastamento (aposentadoria) dos pais, a conclusão do processo de transmissão das atividades de gestão (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Tendo em vista que a sucessão na agricultura familiar, usualmente, ocorre de maneira endógena (um dos filhos dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais), os estudos desenvolvidos nas últimas décadas ressaltam a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar. Patrick Champagne (1986), ao analisar o processo de reprodução social dos agricultores franceses, constata que a decisão de permanência no meio rural está relacionada ao tamanho da propriedade, pois nas propriedades maiores há maior possibilidade de um jovem suceder o pai no estabelecimento. Abramovay et al (1998) aprofundaram a idéia desenvolvida por Champagne numa pesquisa realizada no oeste do Estado de Santa Catarina, na qual categorizam os agricultores em três níveis, de acordo com sua capacidade de geração de renda e um padrão de vida. Constatou-se neste estudo que, entre os agricultores que apresentavam melhores condições de renda e padrão de vida, era mais frequente que a sucessão já estivesse decidida do que entre os que apresentavam piores condições quanto aos itens mencionados.

Outro fator investigado por estudiosos da temática com a finalidade de verificar sua relação com a sucessão nas unidades de produção familiar é a avaliação que os jovens fazem de aspectos como modo de vida dos pais, trabalho na agricultura familiar, vida no meio rural etc. Champagne (1986) constata que a atividade agrícola é vista de forma negativa pelos jovens, sobretudo as moças, e atribui à recusa do modo de vida dos pais a falta de interesse dos filhos em prosseguir na atividade familiar. Em estudo recente realizado no sul do Brasil, Brumer et al (2008) apresentam dados que contrariam de certo modo as conclusões a que chegou Champagne ao estudar a questão na França na década de 1980, afirmando que as avaliações de rapazes e moças acerca do modo de vida no meio rural e sobre o modo de vida dos pais, configuram-se majoritariamente de forma positiva, apesar de ser fraca a disposição em suceder os pais no trabalho agrícola. Assim, há aqui uma dissociação entre as avaliações do modo de vida e do trabalho agrícola, que é considerado penoso e insalubre. Permeando o tema da avaliação do modo de vida dos pais, Coradini (2011), com base em estudo realizado com jovens agricultores no interior do Rio Grande do Sul, destaca a importância verificada nos discursos juvenis em relação às condições de envelhecimento e a associação deste fator à recusa em seguir a atividade desenvolvida pelos pais. Segundo este autor, os jovens vislumbram de modo positivo a possibilidade de permanecer residindo no meio rural,

porém, apresentam sérias restrições no que se refere à qualidade de vida que podem obter na maturidade, tendo como exemplo os próprios familiares, entre os quais há elevada recorrência de patologias relacionadas à prática agrícola (CORADINI, 2011).

As desigualdades entre os sexos, no que se refere aos processos sucessórios, também têm merecido atenção nos esforços de compreensão desta problemática. Brumer (2007) realiza uma revisão da bibliografia existente acerca da sucessão geracional dos estabelecimentos agrícolas e conclui que em praticamente todas as pesquisas recentes as mulheres aparecem como excluídas da herança da terra e que elas somente se tornam candidatas à sucessão quando não existe um filho homem ou quando nenhum filho do sexo masculino demonstra interesse na atividade agrícola (BRUMER, 2007, p.44). O fluxo migracional juvenil feminino está intimamente relacionado à exclusão da mulher das etapas de transmissão da unidade de produção familiar, como o acesso aos recursos materiais e a socialização nas atividades gerenciais da propriedade.

Estudos científicos demonstram que as mulheres não têm o mesmo acesso que os homens à posse e ao uso da terra. Maria Ignez Paulilo (2004), ao abordar esta questão, verificou que o acesso das mulheres à terra se dá majoritariamente pelo casamento, pois elas são excluídas da herança da terra. A definição de quem será o sucessor na propriedade familiar é muitas vezes decidida através de uma estratégia dos próprios pais, que incentivam as filhas a estudar e assim ter maiores possibilidades de se inserir no trabalho urbano, enquanto os rapazes são desestimulados a estudar e socializados nos trabalhos agrícolas e de gestão da propriedade. Embora no Brasil a herança seja baseada nas noções de parentesco e consanguinidade⁴, entre as tradições das famílias agricultoras esta lei não é reconhecida e os filhos não têm os mesmos direitos na herança da terra. Carneiro (2001) diz que, para compreender as regras de transmissão da propriedade entre os agricultores familiares, é preciso considerar os diferentes papéis de homens e mulheres na dinâmica da reprodução social. E que se considerarmos que, além de bens materiais, outros tipos de bens (simbólicos) são

⁴ O Código Civil Brasileiro estabelece que a herança seja transmitida em linha de parentesco (em linha descendente ou ascendente) e/ou ao cônjuge sobrevivente. O Código Civil prevê, no art. 1.593, que o parentesco pode ser natural ou civil, conforme resultante da consanguinidade ou outra origem e estabelece, no art. 1.596, que os filhos tenham os mesmos direitos e qualificações. De acordo com o art. 1.829 a sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: I) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge; II) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III) ao cônjuge sobrevivente; IV) aos colaterais.

transmitidos de uma geração a outra, verificamos o papel crucial da mulher na dinâmica familiar nas esferas de produção e reprodução do trabalho.

Também se destaca entre os estudos acerca do acesso da mulher à propriedade de terra a pesquisa desenvolvida por Carmen Deere e Magdalena León (2002), na qual as autoras fazem uma análise comparativa entre estudos de casos realizados em doze países da América Latina - entre eles o Brasil. As autoras mostram que a conquista da igualdade formal entre ambos os sexos, no que se refere aos direitos de propriedade, não se concretiza de fato, pois apesar da legislação dos países estudados preverem o direito à propriedade de terra para homens e mulheres, na prática ela não ocorre. E defendem que os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais, mostrando que esses mecanismos se inter-relacionam e têm como base ideologias patriarcais fundadas em masculinidades e feminilidades e na divisão de trabalho dentro da esfera pública e da privada e entre essas (DEERE; LEÓN, 2002).

2.4. PROJETOS

O conceito de projeto traz a possibilidade de projeção do futuro a partir da orientação da racionalidade humana. Segundo Fichte (1984), este conceito pode ser definido através da relação entre elementos do plano individual e do plano relacional: no plano individual, o projeto é identificado com o esforço e este com uma filosofia da liberdade, de tal modo que o esforço se apoia na operação que impulsiona o Eu para fora de si; no plano relacional, o projeto é concebido como uma interação entre sujeito e objeto, de modo que o projeto realiza-se na ação recíproca do Eu e algo externo (FICHTE, 1984).

Para Husserl, o conceito de projeto emerge do conceito de intencionalidade, o autor retoma o debate do *cogito* como um empreendimento relacional e define projeto como um olhar consciente do futuro com possibilidades em aberto (HUSSERL, 2001).

Na concepção de Heidegger (2004), projeto é sinônimo da capacidade de devir do homem, no entanto, esse projeto é marcado pelo abandono, sentindo-se ameaçado pelo anonimato, pela sujeição às condições impostas pela impossibilidade de estar à altura do que se quer ser. A preocupação traduz a inquietude do sujeito diante de sua

capacidade de ser livre e levantar suas próprias questões. O papel da preocupação é restaurar o homem em sua essência (HEIDEGGER, 2004).

Outro autor que contribuiu para a compreensão do conceito de projeto foi Alfred Schütz (1979), segundo o qual toda a ação humana repousa sobre um conjunto de informações que são transmitidas no cotidiano a partir da interação com os outros. Desta maneira, o sujeito é capaz de antecipar sua ação e formulá-la subjetivamente em termos de um projeto, operando seus percursos sociais com a ajuda de um acúmulo de conhecimento que o orienta no desenvolvimento da ação presente e na antecipação das coisas futuras. A concepção de projeto formulada por Alfred Schultz se caracteriza por uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, que é orientada pelo acúmulo de conhecimento adquirido através de sua experiência própria, no entanto, não significa que haja uma pré-determinação dos destinos pessoais ou coletivos, mas uma orientação diante um futuro em aberto (SCHÜTZ, 1979).

Seguindo esta perspectiva de análise, é possível considerar que todo projeto possui grau de indeterminação e pode ser modificado ao longo da trajetória dos atores sociais. A formulação de um projeto de vida evidencia um desejo de vir a ser que se constrói com base na avaliação das possibilidades futuras construídas ao longo das biografias dos atores sociais e que formam seu estoque de conhecimentos (SCHÜLTZ, 1979).

De acordo com Gilberto Velho (1994), os sujeitos elaboram seus projetos condicionados por um campo de possibilidades objetivas. O campo de possibilidades é visto como uma dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implementação de projetos, atuando como condicionante estrutural. Para o autor, o projeto de vida é uma noção que está intimamente ligada à de indivíduo construída na sociedade ocidental, sustentado por duas concepções nela contidas: na primeira, o ponto de partida para se pensar em projeto se refere à noção de que os indivíduos podem escolher; a segunda está ligada à ideia de que cada um possui um conjunto de potencialidades peculiar, que constitui sua marca própria, e de que sua história (biografia) é uma atuação mais ou menos bem-sucedida destas. Dessa forma, o projeto carrega a necessidade colocada de que é preciso definir e descobrir o que o indivíduo quer e pretende, ou seja, de alguma forma, o indivíduo precisa se distinguir, diferenciar-se de sistemas mais amplos (VELHO, 1994).

Ainda conforme Velho (1994), os projetos coletivos formulados no núcleo familiar não são vividos de modo homogêneo pelos integrantes. Há diferenças na interpretação que se justificam pelas particularidades de diversas ordens: no caso de uma família, gênero e geração. Por outro lado, os projetos individuais, que podem se distinguir do projeto familiar, emergem também em função de interações e experiências fora do âmbito das relações familiares como, por exemplo, a escola, o mercado de trabalho e os espaços de lazer (VELHO, 1994).

Conforme Boutinet (2002), o conceito de projeto possibilita que os jovens antecipem a sequência seguinte diante de um enfraquecimento dos processos tradicionais de transição para a vida adulta. Para o autor, as fases da vida podem ser percebidas como situações existências de projeto nas quais é possível identificar um conjunto de projetos que caracterizaria a fase juvenil: o projeto de orientação escolar em curto prazo, no qual é definido o tipo de estudo almejado pelo jovem, tempo de escolarização, tipos de habilitação e graus de formação e capacitações pretendidas; o projeto de orientação profissional em médio prazo, reflete as imagens profissionais que os jovens reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos que aspiram; e o projeto de vida, este é um projeto de investimento emocional, sentimental e familiar, remete a um projeto de prazo maior e refere-se a um certo estilo de vida que o jovem pretende adotar apontando para definições sobre a vida conjugal, onde pretende residir, etc. Estes constituiriam atualmente as três perspectivas de qualquer projeto juvenil, sendo parcialmente autônomas e imbricadas uma nas outras (BOUTINET, 2002, p. 90).

Ao estudar o universo juvenil na agricultura familiar, Maria José Carneiro (1998) afirma que a existência de projeto para o futuro e a distância deste projeto em relação às atividades da sua realidade presente é o que definiria a situação social dos jovens. Nas palavras da autora, o jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização (CARNEIRO, 1998: p. 98). Ou seja, o projeto existe no plano das ideias e traduz a reflexividade dos jovens sobre a situação vivida e as oportunidades disponíveis.

3. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

3.1. PANORAMA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

A discussão sobre o conceito de “agricultura familiar” ganhou força a partir de um processo que envolveu questões políticas e acadêmicas ao longo da década de 1990. Os movimentos sociais do campo passaram a usar esse termo na defesa de seus interesses, em seguida, o governo reconhece esta categoria através de ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conferindo legitimação institucional aos agricultores familiares. Na esfera científica, destacam-se os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1998) e Lamarche et al (1998), por contribuírem com a legitimação de um caráter teórico para esta categoria e por darem visibilidade a esta forma social de agricultura. De acordo com Schneider (2003), o mérito dos referidos trabalhos foi o de demonstrarem que a agricultura familiar era a uma forma social reconhecida na maior parte dos países desenvolvidos, nos quais o trabalho familiar representa maioria no cenário agrário.

Segundo Maria José Carneiro (1999), há um consenso entre os estudiosos em relação à definição de agricultura familiar, tratando-se de uma unidade de produção na qual trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas. Porém, de acordo com a autora, o termo torna-se limitador ao reunir em um único conceito uma grande variedade de agricultores (CARNEIRO, 1999).

Para Abramovay (1997), a definição de agricultura familiar está relacionada à relação existente entre a família e três elementos: a gestão, a propriedade e o trabalho. Os membros da família estão presentes de forma ativa nestes três elementos, têm a posse da propriedade, gerem a unidade econômica e trabalham diretamente na produção (ABRAMOVAY, 1997).

De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º, é considerado “agricultor familiar e empreendedor familiar rural” aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha percentual mínimo da renda familiar

originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com base nesses critérios, o IBGE registrou em 2006 a existência de 4.367.902 estabelecimentos agrícolas de tipo familiar, representando 84,4% do total estabelecimentos agrícolas do país. Apesar de serem maioria em número de unidades produtivas, as propriedades familiares ocupam apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

A agricultura familiar é a que mais gera empregos e fortalece o desenvolvimento local ao distribuir melhor a renda. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, havia 12,3 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares do país, enquanto as unidades não familiares eram responsáveis por 4,2 milhões de trabalhadores (IBGE, 2006).

No que diz respeito à produção de alimentos para suprir a demanda do mercado interno e garantir a segurança alimentar do país, as unidades familiares também se destacam. Em 2006, esta categoria foi responsável por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% do leite, 46% do milho, 34% do arroz e 21% do trigo. Na produção animal possuíam 59% do rebanho de suínos, 50% do plantel e aves e 30% do de bovinos (IBGE, Censo Agropecuário de 2006).

Apesar da expressiva participação na produção de alimentos do país, o faturamento obtido pelas unidades de produção familiares (UPFs) representou somente 1/3 do total faturado pelo setor em 2006. Cerca de 31% dos agricultores familiares afirmaram não ter obtido renda com a atividade agrícola neste ano, o que se configura como um dos fatores explicativos da baixa participação do segmento no faturamento total do setor.

Em complemento aos dados expostos, há que se considerar a diversidade de situações entre o que se denomina por agricultura familiar, coexistindo unidades altamente mecanizadas e com forte vínculo com o mercado e outras com pouco aporte tecnológico e baseadas numa economia de subsistência (LAMARCHE, 1998).

O conteso gaúcho de distribuição das terras ocupadas pela produção agropecuária não se distingue da situação nacional, na qual predomina a concentração de terras pelas grandes unidades produtivas. O Censo Agropecuário de 2006 levantou a existência de 441.467 estabelecimentos agrícolas no Rio Grande do Sul, dos quais

378.546 são considerados – de acordo com a Lei Federal 11.326 – unidades de produção familiar. Embora a agricultura familiar represente 85,7% dos estabelecimentos agrícolas do estado, a área ocupada por este tipo de unidade produtiva corresponde a apenas 30,6% do total ocupado por estabelecimentos agropecuários, ficando o restante (69,4%) sob a posse de grandes produtores rurais.

Mesmo possuindo uma área inferior a das grandes propriedades, a agricultura familiar supera a produção daquelas em muitas culturas, sobretudo as destinadas ao consumo interno do país: feijão, mandioca, milho, leite, aves e suínos (IBGE, 2006).

Na agricultura familiar do Rio Grande do Sul há, percentualmente, menos mulheres no comando dos estabelecimentos agrícolas, quando comparados aos índices da agricultura familiar do país (9,3% e 13,7%, respectivamente). Também é inferior neste estado o percentual de produtores que desenvolve atividades fora do estabelecimento: no Rio Grande do Sul 17,3% dos produtores realizam atividades fora da propriedade agrícola, enquanto que para o Brasil esse percentual é de 26% (IBGE, 2006).

No que se refere à participação no faturamento agropecuário, os produtores familiares gaúchos estão em vantagem em relação aos dados nacionais, enquanto no Brasil a agricultura familiar foi responsável por 1/3 da renda obtida pelo setor, os produtores gaúchos participaram em quase metade da renda agropecuária do estado (49,6%). Quando é comparada a receita média auferida pelos agricultores familiares que declararam ter obtido algum faturamento através da venda dos produtos agrícolas, a situação dos produtores familiares do Rio Grande do Sul revela-se novamente vantajosa em relação à situação constatada nos dados nacionais desta população: no ano de 2006, a renda média obtida com a comercialização de produtos agropecuários foi de R\$13.600,00 entre os produtores brasileiros, enquanto os produtores gaúchos faturam, em média, R\$22.038,00 no mesmo período (IBGE, 2006).

3.2. TRANSFORMAÇÕES NO UNIVERSO RURAL

O universo rural brasileiro tem passado por intensas transformações sociais, culturais e tecnológicas nas últimas décadas, as quais têm afetado as relações sociais neste ambiente. A aproximação com o urbano se dá em diversas esferas e já não é

possível tratar rural e urbano como espaços antagônicos. É certo que muitas das características que distinguem estas regiões são preservadas, mas a constante aproximação entre elas não pode ser negligenciada quando se estuda os processos sociais no meio rural.

Um dos aspectos a ser analisado refere-se ao tamanho das famílias no âmbito rural, que já não tem como característica o elevado contingente entre seus membros integrantes. Assim como ocorreu com a população urbana, as famílias rurais diminuíram em tamanho. Conforme os dados levantados pelo IBGE através dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, o número médio de moradores diminuiu em uma pessoa por domicílio nas zonas rurais no período mencionado, passando de 4,7 pessoas por domicílio rural em 1991, para 3,6 pessoas em 2010.

Tabela 01 – Número médio de moradores por domicílios rurais no Brasil – 1991, 2000, 2010

Número médio de moradores por domicílios particulares permanentes em áreas rurais - Série histórica - Brasil		
1991	2000	2010
4,7	4,2	3,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010 também demonstram que o nível de escolarização dos habitantes do perímetro rural tem crescido nas últimas décadas, em 1991 aproximadamente 54% da população rural era alfabetizada, em 2010 este índice atingiu 76% do contingente populacional residente em áreas rurais do país. O tempo de permanência na escola também cresceu entre esta população e as informações coletadas pela PNAD em 2001 e 2009 indicam que o percentual de pessoas sem instrução ou que frequentaram a escola por menos de um ano diminuiu de 26,7% para 20,3% no período. A redução também foi constatada entre o percentual de habitantes que estudaram durante 1 a 5 anos (53,3% em 2001 e 45,6% em 2009). Em contrapartida, houve um crescimento na faixa populacional com 6 anos de estudos ou mais, passando de 19,6% para 34,1% no período analisado.

Tabela 02 – Anos de estudo de pessoas com 10 anos ou mais de idade, residentes no meio rural – Brasil (2001 e 2009) – mil pessoas

Anos de estudo	2001		2009	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Sem instrução e menos de 1 ano	5.765	26,7	5.130	20,3
1 ano	1.330	6,2	1.175	4,7
2 anos	2.113	9,8	1.905	7,5
3 anos	2.624	12,1	2.339	9,3
4 anos	3.768	17,4	4.068	16,1
5 anos	1.687	7,8	2.040	8,1
Entre 1 e 5 anos	11.522	53,3	11.527	45,6
6 anos	906	4,2	1.256	5,0
7 anos	766	3,5	1.127	4,5
8 anos	971	4,5	1.780	7,0
9 anos	327	1,5	725	2,9
10 anos	297	1,4	636	2,5
Entre 6 e 10 anos	3267	15,1	5524	21,9
11 anos	766	3,5	2.321	9,2
12 anos	54	0,2	246	1,0
13 anos	24	0,1	76	0,3
14 anos	29	0,1	84	0,3
15 anos ou mais	85	0,4	357	1,4
11 anos ou mais	958	4,4	3084	12,2
Não determinados e/ou sem declaração	99	0,5	0	0,0
Total	21.611	100	25.265	100

Fonte: IBGE – PNAD, 2001, 2009.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à ocupação da população. De acordo com Silva (2001), as estatísticas recentes do Brasil rural revelam um paradoxo: enquanto o emprego de natureza agrícola diminui em praticamente todo o país, a população residente no campo voltou a crescer. Isso significa que a dinâmica agrícola já não é única responsável pelos rumos da demografia no campo. Esse novo cenário pode ser explicado, ao menos em parte, pelo incremento do emprego não-agrícola no meio rural.

Ao proceder a uma análise comparativa entre os dados levantados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) nos anos de 2001 e 2005, Schneider (2009) constatou que os dados destes levantamentos vão ao encontro dos já apontados em estudos em que se analisou a ocupação da população rural nas décadas de 1980 e 1990, ou seja, verificou-se que a população rural ocupada em atividades não agrícolas continua crescendo, enquanto que a população ativa ocupada em atividades agrícolas segue diminuindo.

A redução dos postos de trabalho na agricultura está relacionada à difusão das inovações tecnológicas e organizacionais nos territórios rurais. A simplificação de tarefas é uma das principais causas da redução da jornada de trabalho na produção agrícola e, por conseguinte, da diminuição dos postos de trabalho para a obtenção do produto final na lavoura. A redução da força de trabalho necessária decorreu do uso de mecanização em substituição à força trabalho humana e ao uso de tração animal. A adoção dos sistemas de cultivo mínimo ou de semeadura direta em terreno protegido pelos resíduos da lavoura anterior também contribuíram para o enxugamento do pessoal necessário para a realização do trabalho, uma vez que tais técnicas suprimem, ao menos em parte, as tradicionais operações de preparo do solo - aração e gradeação (LAURENTI, 2000).

É necessário considerar as inovações tecnológicas na área da comunicação, responsáveis por aproximar cada vez mais o jovem rural da cultura e dos serviços disponíveis nas cidades. Mesmo que o acesso aos itens tecnológicos (celular, computador, internet, etc.) ainda não seja generalizado entre os jovens rurais, há que se considerar a proliferação deste acesso por uma camada considerável desta população. Em pesquisa realizada no interior do Rio Grande do Sul, Coradini (2011) revela uma grande proximidade dos jovens agricultores com as tecnologias da atualidade ao passo que consomem itens como telefones celulares, videogames e notebooks. O autor também verificou a ampla utilização de sites de relacionamento virtual e acesso a redes sociais (Orkut, Facebook, Twiter). O autor conclui que há uma interação mais rápida com os produtos culturais urbanos, o que leva à assimilação de modas e tendências em tempo real. Ao mesmo tempo, os produtos culturais do rural também são disponibilizados no mercado cultural urbano, que passa a valorizar aspectos relativos à proximidade com a natureza, alimentação saudável, preservação do meio-ambiente e um estilo de vida que contrasta com o vivenciado nos grandes centros urbanos, o que tem propiciado o desenvolvimento rural em certa medida (CORADINI, 2011, p. 54).

Em pesquisa realizada com jovens agricultores familiares dos municípios de Nova Friburgo (RJ) e Nova Pádua (RS), Carneiro (1998) – considerando as diferenças econômicas e sociais destas comunidades - buscou compreender de que forma os jovens são afetados pelas recentes transformações e crises pelas quais vem passando o mundo rural e de que modo essa realidade se traduz na reelaboração de seus projetos individuais e familiares. A autora constatou que a transformação do meio rural em um

espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, expõe os jovens (a faixa demográfica mais afetada) à diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, combinada com a situação de falta de perspectiva para os que vivem da agricultura. Através do contato com jovens de origem urbana, outros valores são incorporados, resultando em mudanças comportamentais e na aspiração pelo trabalho e pelo estilo de vida característico da juventude de classe média urbana.

No que se refere à composição familiar, Carneiro (1998) ressalta as mudanças que se expressam no interior das famílias, decorrentes do estreitamento dos laços com a cidade, iniciado nas décadas de 1960 e 1970. No interior das propriedades há uma tendência à substituição das grandes residências que abrigavam concomitantemente várias gerações, pela construção de uma moradia para cada família nuclear. Esta modificação pode ser reflexo da incorporação de valores característicos das sociedades urbano-industriais e pode ser compreendida como uma atitude densa de significados simbólicos que reforçam as alterações nos relacionamentos familiares. Nas novas residências são estabelecidas novas regras, rompendo-se a hierarquia entre as gerações e abrindo mais espaço para a individuação (CARNEIRO, 1998).

Carneiro (1998) chama a atenção para o fato de que os jovens das comunidades estudadas expressam o desejo de continuar residindo na localidade de origem, após um período de migração para a cidade com o objetivo de continuar os estudos. Os projetos formulados por estes jovens incluem a saída para se dedicar aos estudos, porém, o retorno depende do desenvolvimento local e das alternativas que surgirem.

Independente da realidade local - como em Nova Pádua, onde o hábito dos jovens saírem para estudar na cidade é mais forte ou em Nova Friburgo, onde há um desenvolvimento mais avançado do turismo rural – os jovens do meio rural passam cada vez mais a viver e se relacionar fora do grupo doméstico, o qual vai aos poucos perdendo sua hegemonia no processo de socialização (CARNEIRO, 1998).

3.3. OS FUMICULTORES

A produção de tabaco para fins comerciais teve início no Brasil a partir do século XVII sob o comando Português (ETGES, 1991). Na época, a região Nordeste

concentrava este segmento da produção. Até 1810 o plantio de fumo só era autorizado na Bahia, mas a abertura dos portos às nações amigas do Brasil possibilitou a desconcentração da produção e a partir de 1850 o sul do país começou a se destacar neste setor e o cultivo de tabaco passou a ser realizado por pequenos produtores rurais de origem alemã (NARDI, 1996).

Impulsionados pelo aumento do consumo de cigarros, no mercado interno e externo, a Região Sul do Brasil foi progressivamente aumentando sua produção e se especializando em tabacos claros, ideais para a confecção de cigarros, ao passo que no Nordeste do país o cultivo de tabacos escuros (para produção de charutos) foi perdendo força (ETGES, 1991).

Hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha e o principal exportador. Um conjunto de fatores internos e externos explica o desempenho do país neste ramo produtivo. Do ponto de vista interno é possível destacar o alto índice de qualidade do produto, o baixo preço pago aos fumicultores pelas agroindústrias, e a estabilidade da economia brasileira que aliada à facilidade de financiamento bancário para a produção de tabaco tornam o produto brasileiro muito competitivo no mercado internacional. Entre os fatores externos podem-se destacar a estabilidade do consumo mundial de tabaco nos últimos anos, a perda de posição de alguns concorrentes tradicionais, como Estados Unidos e Zimbábue, devido ao aumento do custo de produção e problemas políticos, respectivamente (DESER, 2003).

Na safra de 2009/2010 a produção brasileira de fumo em folha alcançou 691 mil toneladas; cerca de 85% do produto foi exportado após passar por um processo de beneficiamento industrial e o restante destinou-se as fábricas de cigarros instaladas no país (SILVEIRA, 2010).

De acordo com dados do IBGE, na década de 1940 a região Sul já despontava como maior produtora de fumo em folha do Brasil e hoje detém 96,8% da produção nacional (IBGE, SIDRA- Série histórica).

Segundo dados da Afubra, na safra de 2010, 185.160 famílias produziram fumo em folha no sul do país, ocupando uma área de 370.830 hectares. Grande parte da produção é realizada por pequenos produtores que possuem áreas de terra inferior a 5 hectares ou mesmo por agricultores que não possuem área própria e arrendam terras especificamente para a produção de tabaco (DESER, 2010).

Os produtores e seus familiares são responsáveis pela maior parte do trabalho executado, de acordo com os dados do Censo Agropecuários de 2006 95,5% destes trabalhadores envolveram-se por pelo menos 180 dias na produção de fumo. A contratação de trabalhadores é usualmente efetuada por períodos mais curtos, que correspondem a algumas etapas da produção, como a colheita, em que há necessidade de maior força de trabalho; dessa forma, cerca de 65% dos trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor atuaram por no máximo 60 dias na produção de fumo em folha no mesmo ano.

As tarefas produtivas contam com a participação de homens (56%) e mulheres (44%) entre os trabalhadores com laços de parentesco com o produtor, situação típica entre os agricultores familiares. Porém quando se trata da força de trabalho assalariada, há a prevalência de trabalhadores do sexo masculino (80%).

Apesar das mulheres participarem ativamente das atividades laborais referentes à produção de fumo, a direção dos estabelecimentos ainda é uma tarefa dominada pelos homens, 95% das unidades agrícolas produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul são chefiadas por homens, enquanto 5% estão sob a responsabilidade de mulheres. No que se refere à idade dos dirigentes das unidades de produção, predominam os estabelecimentos (56%) nos quais a direção está sob a responsabilidade de pessoas com idade entre 35 e 54 anos, 23% são chefiados por pessoas com idade a partir de 55 anos e 22% dos estabelecimentos são comandados por pessoas com até 34 anos.

Os dirigentes dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul apresentam baixos índices de escolarização: a maior parte (84,5%) não completou o Ensino Fundamental, 7,2% possuem o Ensino Fundamental Completo, 3,1% finalizaram o Ensino Médio e 0,2% frequentaram o Ensino Superior. Há também produtores (1,9%) que não frequentaram o ensino formal, mas sabem ler e escrever e outros 3,2% que não foram alfabetizados.

Em comparação com outros produtos da lavoura temporária do Rio Grande do Sul, o fumo aparece como o terceiro em termos de rendimentos gerados na safra de 2006 e quando se analisa a produção dos cinco principais cultivos da lavoura temporária do estado, o fumo é o que deteve o maior percentual de crescimento nas últimas três décadas.

A atividade fumicultura é integrada ao complexo agroindustrial do fumo, que é formado por empresas transnacionais que operam a produção, processamento,

beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus derivados. O vínculo entre o produtor e as empresas é estabelecido pelo Sistema Integrado de Produção do Fumo – SIPF, que foi criado em 1918 no Rio Grande do Sul. Os deveres da indústria e do agricultor são definidos através de um contrato firmado entre as partes. Usualmente os contratos estabelecem que as indústrias devem oferecer assistência técnica gratuita aos produtores integrados, fornecer somente insumos certificados para o uso na cultura, avaliar financiamentos para a aquisição de insumos e investimentos, custear o transporte da produção entre a unidade de produção e a empresa e comprar integralmente a safra contratada praticando os preços negociados com a representação dos produtores. Os produtores ficam comprometidos a produzir o volume de fumo contratado, a utilizar somente os insumos recomendados e a comercializar a totalidade da produção contratada pelos preços negociados por seus representantes (DESER, 2003, p. 24).

O trabalho absorve quase todo o ano, desde a semeadura até o pagamento pelo produto. Com foco no valor recebido pela safra, o produtor nem sempre faz o cálculo do número de pessoas envolvidas e o tempo gasto no trabalho (DESER, 2010).

O fumo costuma ser o principal produto do estabelecimento e normalmente é combinado com a produção de uma segunda cultura na mesma área (feijão ou milho). O restante da propriedade é utilizado para produção de alimentos para o autoconsumo, criações e reflorestamento (DESER, 2003, p. 27).

Na visão dos produtores, a cultura do fumo apresenta como vantagens: 1) a utilização de pequena área de terra; 2) a renda considerada superior a outros cultivos; 3) a garantia de comercialização da produção; 4) a existência de um seguro contra granizos que não há em outras produções; e 5) a facilidade de acesso ao crédito em função de ser este avalizado pela integradora. Entre as desvantagens os fumicultores destacam: 1) a exigência intensa da força de trabalho no que se refere ao número de pessoas envolvidas e à jornada de trabalho; 2) a má classificação do fumo por parte das indústrias; 3) a falta de liberdade na produção e na comercialização; e 4) a insuficiência de orientação técnica (DESER, 2003, p. 27-28).

A utilização de mão-de-obra infantil⁵ ainda é uma prática recorrente nas lavouras de fumo brasileiras. Em pesquisa realizada em parceria entre o Deser e Christian Aid com fumicultores integrados à empresa Souza Cruz durante as safras de 2000/2001 e 2001/2002, foi constatado o intenso trabalho de envolvendo todos os membros da família e a participação de crianças na etapa de classificação do fumo. Apesar dos esforços para acabar com o trabalho de menores da produção de fumo, boa parte dos produtores de tabaco não possui condições financeiras para arcar com a contratação de trabalhadores, de modo que a participação dos filhos nas tarefas laborais se torna indispensável para a manutenção da família (DESER, 2003, p. 47).

3.4. REGIÃO CENTRO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL

A coleta dos dados empíricos foi realizada em Sobradinho e Passa Sete, municípios localizados na microrregião Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul. A chegada do homem branco nessa região ocorreu por volta de 1808 para a criação de gado. Há registros de que em 1825 o paulista João Lopes teria construído um pequeno sobrado que deu origem ao nome do município de Sobradinho. E a partir do início do século XX teve início um processo crescente de chegada de imigrantes europeus, italianos e alemães, vindos das cidades de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul. Foi somente em 1995 que Passa Sete elevou-se a categoria de município, desmembrado de Sobradinho através da Lei Estadual nº 10.668 de 28/12/1995. O nome que deu origem a esta cidade é decorrente de um arroio existente na região (hoje denominado de Baixo Passa Sete) através do qual os antigos viajantes das missões que por ali passavam em direção à Candelária e Rio Pardo tinham que atravessá-lo por sete vezes.

Sobradinho conta atualmente com uma população de 14.283 habitantes, enquanto Passa Sete possui 5.154 residentes. A população de Sobradinho é majoritariamente urbana, somente 2.936 pessoas (20,6% da população) residem no perímetro rural. Ao contrário da cidade vizinha, Passa Sete concentra seu contingente populacional na área rural do município, no qual estão 89,2% de seus habitantes (IBGE,

⁵ Em 2005 o Brasil assinou o acordo internacional denominado de Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) que, entre outras determinações, proíbe a participação de pessoas menores de dezoito anos na produção de tabaco.

2010). Os municípios apresentaram uma variação populacional nos últimos dois levantamentos censitários realizados pelo IBGE, enquanto Sobradinho registrou um declínio populacional de 12,5%, Passa Sete aumentou o número de residentes em 11%.

Os dados sobre a variação populacional de Sobradinho seguem uma tendência verificada em outros municípios do interior do estado, em que se observa uma diminuição no número de pessoas residentes, sobretudo nas áreas rurais; enquanto a cidade perdeu 2,8% dos seus moradores urbanos, diminuiu em 37% a sua população rural. Porém, o que chama a atenção são as informações referentes a Passa Sete, na qual houve um crescimento no número de habitantes, inclusive no perímetro rural do município: a área urbana cresceu 25,6% em número de habitantes e a população rural aumentou em 9,4%.

Tabela 03 – População Municipal por Situação do Domicílio

	2000			2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Sobradinho	11.670	4.658	16.328	11.347	2.936	14.283
Passa Sete	442	4.202	4.644	555	4.599	5.154
Total	12.112	8.860	20.972	11.902	7.535	19.437

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

No ano de 2010, a estrutura etária das cidades em que ocorreu a pesquisa era composta por um número maior indivíduos mais novos e menor número de pessoas entre a população com idade mais avançada, ou seja, observa-se a diminuição da população a medida que aumenta a idade (IBGE, 2000).

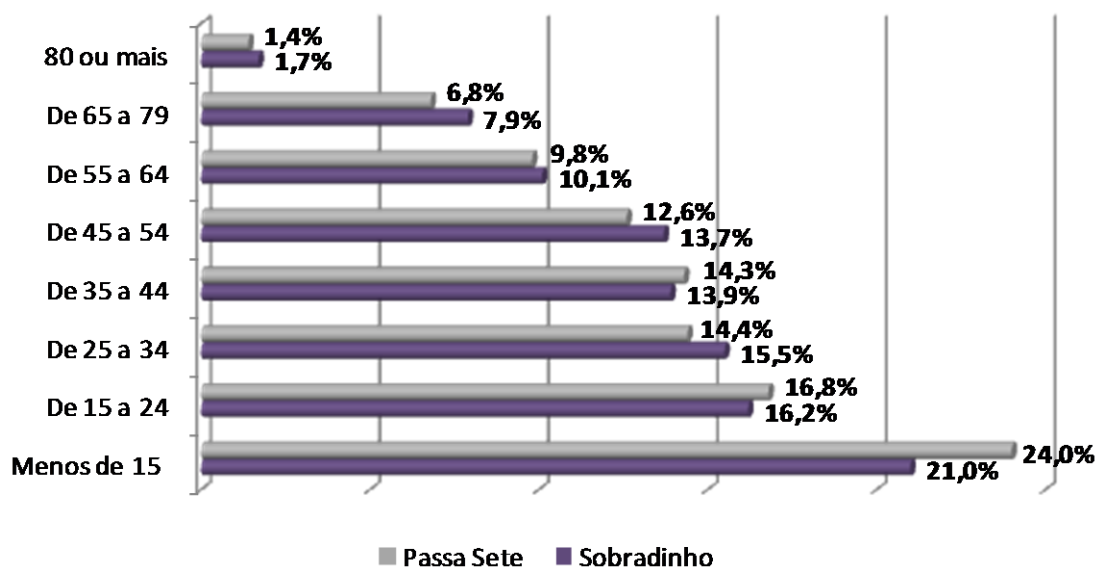


Gráfico 01 – População municipal por faixa etária.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Sobradinho tem uma área total de 130,39 km² e uma densidade demográfica de 109,54 habitantes/km², a área de Passa Sete totaliza 304,54 km² e sua densidade demográfica é de 16,92 habitantes/km². 20972 19437

A economia agrícola dos dois municípios baseada na produção de fumo em folha cultivado pelos agricultores familiares da região. Predominam nos municípios pequenas propriedades (média de 19 ha) sustentadas pelo trabalho familiar.

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, a taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais em Sobradinho e Passa Sete correspondia a 93,9% e 88,4%, respectivamente. Em 2009, foi registrada a existência de 26 instituições escolares em Sobradinho: 15 pré-escolas, 10 escolas de Ensino Fundamental e um estabelecimentos de Ensino Médio. No mesmo ano havia 13 instituições de ensino em Passa Sete, duas pré-escolas, dez instituições de Ensino fundamental e uma escola de Ensino Médio (IBGE, 2009).

Nas zonas rurais dos municípios existem escolas de educação básica que normalmente oferecem apenas as séries do Ensino Fundamental. Para cursar o Ensino Médio, os jovens precisam se deslocar até a sede do município no qual residem. Para os que desejam cursar o Ensino Superior, em Sobradinho é possível frequentar os três cursos oferecidos pela UNISC no município (administração, ciências contábeis e

direito) ou os onze cursos disponibilizados atualmente por três instituições de ensino no Polo de Educação a distância existente na cidade.

O Polo de Ensino Superior de Sobradinho faz parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para um extrato da população que tem dificuldade de acesso ao ensino universitário. O Sistema foi criado no ano de 2006 através do decreto nº 5.800 de 8/06/2006. Atualmente estão em andamento onze cursos de Nível Superior no Polo de Sobradinho, nove deles oferecidos pela Universidade Federal de Santa Maria (Administração Pública, Educação Especial, Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Gestão em Saúde, Gestão Pública Municipal, Letras Espanhol, Letras Português, Pedagogia e TIC – Aplicação a Educação), um pela Universidade Federal de Pelotas (Educação no Campo) e outro pela Universidade Federal do Rio Grande (Mídias na Educação).

Quanto aos indicadores sociais, os municípios da pesquisa apresentam resultados inferiores aos dos totais do estado do Rio Grande do Sul, conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Indicadores Sociais

Indicadores sociais	Sobradinho	Passa Sete	Rio Grande do Sul
Taxa de analfabetismo em 2010 (%) - pessoas com 10 anos ou mais	6,09	11,59	4,25
Expectativa de vida ao nascer em 2000 (anos)	68,51	71,71	72,05
Coefficiente de mortalidade infantil em 2010 (por mil nascidos vivos)	12,74	-	11,18
PIB per capita em 2009 (R\$)	11.565	12.369	19.778

Fonte: FEE Dados, 2010.

No caso da renda, verifica-se forte concentração, com ¼ das famílias sendo consideradas como pobres. Na tabela abaixo apresenta-se a distribuição da população de Passa Sete e Sobradinho por classes de rendimento nominal per capita mensal, referente ao ano 2010 (IBGE, 2010), na qual se constata que 73,2% das famílias do município de Passa Sete e 53,8% das de Sobradinho têm rendimentos per capita de até um salário mínimo e 36,9% e 20,5%, respectivamente, contam com até ½ salário mínimo de renda per capita.

Tabela 05 - Classes de rendimento nominal per capita, em domicílios particulares permanentes - 2010

Classes de rendimento nominal per capita	Passa Sete		Sobradinho	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Até 1/2 salário mínimo	596	36,9%	993	20,5%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	587	36,3%	1614	33,3%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	323	20,0%	1360	28,1%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	51	3,2%	384	7,9%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	22	1,4%	237	4,9%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7	0,4%	132	2,7%
Mais de 10 salários mínimos	3	0,2%	33	0,7%
Sem rendimento	27	1,7%	90	1,9%
Total	1616	100,0%	4843	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Ao se observarem os indicadores básicos da economia dos dois municípios, constata-se que o PIB de Sobradinho em 2009 foi de R\$ 170.511.000,00 e o de Passa Sete foi de R\$ 65.306.000,00. Quando são considerados os VABs setoriais, constata-se que, para 2009, o setor de serviços foi aquele que mais contribuiu na formação da renda da cidade de Sobradinho, seguido de perto pelo setor agropecuário. Já no município de Passa Sete a ordem se inverte, o setor agropecuário foi o que mais contribuiu na formação da renda municipal, seguido pelo setor de serviço. Em ambos os casos, o setor industrial é relativamente pequeno na composição da renda total municipal.

Tabela 06 – Indicadores econômicos de Sobradinho e Passa Sete

Indicador	Sobradinho	Passa Sete
VAB Agropecuária 2009 (Mil Reais)	24.375	34.994
VAB Indústria 2009 (Mil Reais)	15.467	3.164
VAB Serviços Total 2009 (Mil Reais)	119.873	25.933
VAB Total 2009	159.715	64.061

Fonte: FEE Dados, 2012.

Apesar de não ser a maior fonte de renda para Sobradinho, a produção agrícola responde por uma parcela importante de sua arrecadação e um percentual considerável de famílias faz dessa atividade sua fonte de sustento; já Passa Sete está alicerçada na produção agropecuária que representa mais da metade de seu VAB. Segundo dados do

Censo Agropecuário de 2006, havia em Sobradinho 695 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 9.343 hectares, o que corresponde a uma média de 13,4 hectares por estabelecimento. Em Passa Sete havia 1.188 unidades agrícolas, numa área total de 21.937 hectares, representando em média 18,5 hectares por unidade de produção. Em ambos os casos, o comando dos estabelecimentos costuma estar nas mãos de um produtor do sexo masculino (93,2% em Sobradinho e 94,3% em Passa Sete).

Tabela 07 – Número de estabelecimentos, valor da produção e área colhida dos principais produtos da lavoura temporária de Sobradinho e Passa Sete

Municípios	Produtos	Nº de Estabelecimentos	Valor da Produção (Reais)	Valor da Produção (Percentual)	Área Colhida (Hectares)	Área Colhida (Percentual)
Sobradinho	Fumo em folha	470	11.097.000,00	77,6%	1.579	32,1%
	Milho em grão	561	1.536.000,00	10,7%	1.666	33,9%
	Soja em grão	83	1.096.000,00	7,7%	1.168	23,8%
	Mandioca	345	245.000,00	1,7%	95	1,9%
	Feijão preto em grão	434	209.000,00	1,5%	330	6,7%
Passa Sete	Fumo em folha	890	16.083.000,00	80,6%	2.398	33,3%
	Milho em grão	1.051	1.141.000,00	5,7%	2.340	32,5%
	Soja em grão	46	1.258.000,00	6,3%	1.379	19,2%
	Mandioca	764	736.000,00	3,7%	163	2,3%
	Feijão preto em grão	934	298.000,00	1,5%	482	6,7%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

4. ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

4.1. O TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: SOCIALIZAÇÃO, SUCESSÃO E AS PERSPECTIVAS DOS PAIS SOBRE O FUTURO DOS FILHOS

Neste subcapítulo, aborda-se o processo de socialização dos jovens agricultores no interior das unidades de produção familiar, as possibilidades de sucessão no trabalho agrícola e as perspectivas dos pais em relação ao futuro de seus filhos. Tendo como referência a literatura sobre a temática em questão, considera-se que a socialização das novas gerações no trabalho agrícola costuma ter início na infância, através de práticas alicerçadas em padrões culturais que conferem papéis distintos segundo o sexo dos filhos.

O subcapítulo se divide em três etapas. Inicialmente apresentam-se as condições de inserção dos jovens nas atividades laborais dos estabelecimentos familiares verificando a idade em que eles iniciam no exercício das tarefas, a jornada diária de trabalho, recebimento de remuneração pelos serviços efetuados na unidade de produção familiar, tipo de trabalho realizado e responsabilidade e participação na gestão do estabelecimento. Em seguida, aborda-se a perspectiva de permanência na atividade agrícola, analisando o perfil do possível sucessor no estabelecimento e a vontade dos entrevistados em continuar na agricultura. Por fim, trata-se das aspirações dos pais em relação ao futuro dos filhos, sua opinião sobre o papel da família na socialização dos jovens, os valores que transmitem aos filhos e de que forma os preparam para a inserção profissional.

Enquanto nas áreas urbanas a inserção profissional juvenil tem ocorrido cada vez mais tardiamente, no meio rural a socialização dos jovens segue outro padrão. Os meninos desde cedo trabalham com o pai nas atividades agrícolas da propriedade, enquanto as moças auxiliam a mãe nos afazeres domésticos e participam, com ela, como ajudantes na produção que se destina à comercialização (SIQUEIRA, 2004, p. 95).

Conforme os dados levantados em 2007 pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, aproximadamente 38% dos jovens gaúchos com idade entre 10 e 17 anos eram economicamente ativos. Ao considerar somente os jovens

residentes no perímetro urbano, este percentual reduz para 33,5%, enquanto entre os jovens rurais o índice cresce para 56,7%.

Tabela 08 – Pessoas entre 10 e 17 anos segundo a situação de atividade e local de residência - RS

Pessoas entre 10 e 17 anos de idade segundo a situação de atividade e condição do domicílio em 2007 - Rio Grande do Sul

Situação	Urbano		Rural		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Economicamente Ativa	619.000	33,5	259.000	56,7	878.000	38,1
Não economicamente ativa	1.229.000	66,5	198.000	43,3	1.427.000	61,9
Total	1.848.000	100,0	457.000	100,0	2305000,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD, 2007.

Na pesquisa realizada com os filhos de fumicultores de Sobradinho e Passa Sete, constatou-se que os dezessete entrevistados já trabalham, dezesseis na agricultura e um fora da dela. A participação no trabalho inicia muito cedo, em média, os jovens começaram a laborar com 10 anos de idade. O início do trabalho variou dos sete aos treze anos.

O início das atividades laborais está associado a tarefas pertencentes ao ambiente doméstico, como a limpeza da casa, o preparo das refeições, o cuidado da horta e/ou do pomar e o trato de pequenos animais. Essas tarefas são normalmente de responsabilidade da mulher e dos jovens e são desvalorizadas em comparação com o trabalho referente à produção na lavoura (BRUMER, 2004). A desvalorização do trabalho feminino e juvenil é reproduzida pelos próprios jovens e pode ser constatada na pesquisa quando se comparou a idade em que os jovens informaram ter começado a trabalhar e, posteriormente, a idade com que iniciaram as atividades descritas acima. Há um descompasso nas informações, pois é comum os jovens informarem que começaram a realizar as tarefas domésticas, de cuidado da horta e/ou pomar e de trato dos animais, cerca de dois ou três anos antes da idade que informaram terem iniciado a trabalhar.

A jornada de trabalho é de aproximadamente quatro horas por dia, variando de um a oito horas. Essa jornada é longa se considerarmos a idade dos entrevistados (média de 15 anos), seus compromissos escolares e, sobretudo, a penosidade do trabalho agrícola.

A desvantagem dos jovens e das mulheres não está presente somente na divisão das tarefas, mas também na tomada das decisões referentes à unidade de produção. De acordo com Abramovay (1999), a não participação nos processos decisórios é um dos fatores que estimulam o desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola e causa o abandono da atividade.

Os dados levantados nesta pesquisa vão ao encontro de estudos que demonstram (WEISHEIMER, 2009) a intensa participação dos jovens nas atividades laborais da unidade de produção e seu inexpressivo comparecimento nas decisões dos estabelecimentos. Conforme mencionado acima, todos os entrevistados desenvolvem algum trabalho na propriedade de seus pais, porém, quando indagados sobre sua participação numa lista de nove atividades de gestão, cinco entrevistados afirmaram não participar de nenhuma delas; outros cinco jovens participam apenas de uma tarefa de gestão do estabelecimento, sendo que para quatro destes a tarefa corresponde à participação nas decisões das compras domésticas. As tabelas a seguir apresentam uma síntese da participação dos jovens no trabalho e na gestão das unidades de produção familiar, destacando as esferas em que estão mais presentes:

Tabela 09 – Participação no trabalho

Atividade	Participa		Não participa		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Atividades domésticas	15	88,2	2	11,8	17	100,0
Cuidar da horta	11	64,7	6	35,3	17	100,0
Cuidar do pomar	6	40,0	9	60,0	15	100,0
Plantio	9	52,9	8	47,1	17	100,0
Colheita	9	56,3	7	43,8	16	100,0
Cuidar dos animais	12	70,6	5	29,4	17	100,0
Aplicar agrotóxicos	2	11,8	15	88,2	17	100,0
Consertos da casa, galpão ou estábulo	7	41,2	10	58,8	17	100,0
Embalagem de produtos	3	20,0	12	80,0	15	100,0
Limpeza de chiqueiros	5	31,3	11	68,8	16	100,0
Manutenção da lavoura ou estufa	5	33,3	10	66,7	15	100,0
Preparo do solo para o plantio	5	29,4	12	70,6	17	100,0
Tirar leite	3	20,0	12	80,0	15	100,0
Transformação de alimentos	4	28,6	10	71,4	14	100,0
Tratar o gado ou suínos	8	50,0	8	50,0	16	100,0
Tratar pequenos animais (aves)	9	56,3	7	43,8	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Tabela 10 – Participação nas atividades de gestão do estabelecimento

Atividades	É o responsável		Participa		Não participa		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Comprar insumos	0	0,0	4	23,5	13	76,5	17	100,0
Decidir o que comprar para casa	1	5,9	9	52,9	7	41,2	17	100,0
Decidir o que plantar	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Decidir sobre os investimentos	1	5,9	4	23,5	12	70,6	17	100,0
Movimentar dinheiro no banco	1	5,9	2	11,8	14	82,4	17	100,0
Falar com o técnico agrônomo	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Reuniões do sindicato ou cooperativa	0	0,0	3	17,6	14	82,4	17	100,0
Tirar financiamento no banco	0	0,0	2	11,8	15	88,2	17	100,0
Vender a produção	0	0,0	4	23,5	13	76,5	17	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A atividade de gestão que conta com maior participação dos entrevistados é a “decisão do que comprar para casa”, tarefa que conta com a presença de nove (52,9%) dos dezessete entrevistados, ou seja, pouco mais da metade. Nas demais atividades de gestão o índice de participação não chega a 30%. Com base nos dados referidos, conclui-se que a participação juvenil nas tomadas de decisões é pequena e, assim como as demais atividades laborais, está mais fortemente associada ao ambiente doméstico do que à gestão da lavoura.

Ao tratar da recompensa financeira recebida pelos jovens agricultores em função do seu trabalho na unidade de produção familiar, Weisheimer (2009) aponta uma contradição entre as informações sobre o modo de divisão das rendas agrícolas e a forma de recebimento pelas atividades desenvolvidas no estabelecimento. Ao serem questionados sobre como é dividido o dinheiro proveniente da venda da produção agrícola há certa paridade entre os jovens que consideram que a renda é centralizada por pelo menos um dos pais (44,5%) e os que avaliam que há uma distribuição do dinheiro entre todos que trabalham (42,%). No entanto, modificando a forma de abordagem percebe-se que quase 60% dos jovens entrevistados não recebem periodicamente pelo seu trabalho. A maior proporção dos jovens (54,4%) pede dinheiro aos pais quando precisa de alguma coisa.

Ao contrário do estudo referido acima, os dados do levantamento realizado em campo mostram uma proporção maior entre os jovens que recebem de forma regular pelo seu trabalho: dos 16 jovens que trabalham na unidade de produção de seus pais, cinco (31,3%) não recebem nenhuma remuneração, outros cinco (31,3%) trabalham em parceria com os pais e ficam com parte pré-estabelecida dos lucros, quatro (25%)

recebem periodicamente uma quantia em dinheiro e dois (12,5%) pedem dinheiro aos pais quando precisam. Se forem somados os jovens que trabalham em parceria com os pais e os que recebem periodicamente uma quantia em dinheiro, tem-se mais da metade (nove) dos jovens que trabalham na unidade de produção familiar.

Alguns autores que se dedicaram a analisar os padrões migratórios entre o campo e a cidade têm destacado o envelhecimento e a masculinização como principais características desse processo (ABRAMOVAY, 1997; BRUMER, 2004; NUNES, 2006). Essa migração representa um problema de sucessão que precisa ser enfrentado pelas famílias que vivem da agricultura familiar.

Para Brumer (2004), a permanência dos jovens na agricultura familiar depende dos seguintes fatores: a) da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; b) da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; c) das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; d) das relações que se estabelecem entre pais e filhos no interior das famílias; e) das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas; f) da escolha profissional e da valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões; g) a apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores (BRUMER, 2004).

Ao analisar os dados dos municípios de Sobradinho e Passa Sete, observa-se que a sucessão em boa parte dos estabelecimentos está comprometida, pois onze dos dezessete jovens entrevistados afirmaram que não há ninguém na família que queira seguir na atividade desenvolvida pelos pais. Nas seis propriedades em que existe a possibilidade de sucessão, esta será efetuada por um filho do sexo masculino.

Apesar de rejeitarem inicialmente a sucessão na propriedade familiar, os jovens admitem a possibilidade de esta ocorrer: dez entrevistados afirmaram que há chances de suceder seus pais no trabalho agrícola, enquanto seis entrevistados descartam esta possibilidade. As justificativas dos jovens para a impossibilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela família representa uma rejeição ao trabalho agrícola e o desejo de estudar e ter outra profissão:

“O trabalho na agricultura é muito pesado e rende pouco lucro, por isso eu quero estudar e ter uma profissão melhor”.

(M. F., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

“Pretendo fazer um curso superior e sair da agricultura”.

(L. R., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho)

“Não quero ser agricultor, vou buscar um trabalho melhor”.

(J. D., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

Ao considerarem as dificuldades que enfrentarão seus filhos caso continuem na atividade agrícola, os próprios pais começam a repensar esta possibilidade e a traçar estratégias que garantam melhores condições de vida para seus filhos, como o estímulo no prosseguimento dos estudos.

A pesquisa com os fumicultores de Sobradinho e Passa Sete identificou uma situação distinta do que constataram outros estudos acerca das perspectivas educacionais dos agricultores em relação a seus filhos (BRUMER, 2000; SIQUEIRA 2004), uma vez que os produtores entrevistados desejam que seus filhos continuem seus estudos, o que pode ser um indício de que os próprios produtores estejam começando a reconhecer a importância da educação formal para o desempenho da atividade agrícola. Outro fator que pode ter influência nos dados obtidos em relação às perspectivas educacionais dos pais para seus filhos diz respeito à oferta educacional disponível na localidade que, diferente da maioria das regiões rurais que não contam com instituições de ensino superior nas proximidades, Sobradinho possui duas instituições que juntas oferecem quatorze cursos superiores atualmente. A presença de tais instituições na região facilita o acesso à faculdade, uma vez que os jovens não precisam abandonar suas famílias e o trabalho na propriedade enquanto frequentam a faculdade, as despesas para a manutenção do jovem na universidade são consideravelmente inferiores aos gastos que teriam se necessitassem se deslocar para outra região para prosseguir seus estudos e a possibilidade de cursar uma faculdade já faz parte do imaginário dos jovens e de suas famílias, pois contam com exemplos concretos entre conhecidos, vizinhos e amigos.

Todos os pais entrevistados consideram importante que seus filhos estudem, independente da profissão que irão seguir. De forma geral, a importância é atribuída às oportunidades de trabalho e a melhoria das condições de vida no futuro.

“Hoje quem não estuda não tem nada na vida, é preciso estudar para ter uma profissão.”

(C. C., sexo masculino, 57 anos, Sobradinho).

“É importante que eles estudem para que depois tenham alternativas de trabalho, que possam escolher se querem ficar na agricultura ou ir para a cidade. Se o jovem não estuda só lhe resta continuar no trabalho agrícola, não tem escolha.”

(O. S., sexo masculino, 51 anos, Sobradinho).

“Hoje em dia as pessoas sem estudo não são ninguém”.

(N. E., sexo feminino, 45 anos, Sobradinho).

“Quem não tem estudo não continua bem nem na roça nem fora dela. O estudo hoje é muito importante para qualquer trabalho”.

(N. W., sexo masculino, 50 anos, Sobradinho).

“Para ter condição melhor, sem estudo ninguém mais consegue progredir na vida.”

(C. M., sexo feminino, 36 anos, Sobradinho).

Os produtores também foram indagados sobre o nível de escolarização que pretendiam para seus filhos, segundo o sexo e se o filho(a) vai ou não permanecer na agricultura. Independente do sexo ou do prosseguimento no trabalho agrícola, os produtores desejam que seus filhos(as) concluam pelo menos o Ensino Médio. A relação entre a continuidade ou não na atividade agrícola altera o nível de escolarização almejado para os filhos, assim, para aqueles filhos que não vão continuar na agricultura o nível de estudo esperado é maior. Os pais também desejam que as filhas alcancem uma formação escolar superior à dos filhos homens, já que a proporção de moças que

sairão da agricultura é superior a dos rapazes. O quadro abaixo apresenta a síntese das respostas:

Nível de estudo almejado para os filhos				
	Fundamental	Médio	Técnico	Superior
Filhos que vão continuar na agricultura	0	3	3	3
Filhos que não vão continuar na agricultura	0	1	0	4
Filhas que vão continuar na agricultura	0	3	1	2
Filhas que não vão continuar na agricultura	0	0	0	7

Quadro 01 – Nível de estudo almejado para os filhos.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Após o nível de escolaridade foi solicitado aos produtores que especificassem a profissão que gostariam que seus filhos tivessem, fazendo novamente a distinção por sexo. Para os filhos homens, também se solicitou a especificação da profissão almejada para o primogênito e para os demais filhos, caso houvesse. As respostas obtidas nesta questão reforçam o que já foi constatado em estudos anteriores, que a seletividade por sexo na migração do campo para a cidade também faz parte das preferências dos pais para que os rapazes prossigam na atividade agrícola, enquanto as moças se destinem a outras profissões na cidade (BRUMER, 2000).

Entre os sete entrevistados que tem filha mulher, nenhum expressou o desejo de que esta seja agricultora. As profissões almejadas para as moças referem-se àquelas ligadas ao ambiente urbano, sendo citadas: professora, médica, administradora, dentista, engenheira e advogada. Ao analisar as profissões desejadas para os filhos homens, observa-se que o primogênito continua a ter a preferência na sucessão do estabelecimento, pois somente o filho mais velho foi indicado para seguir a atividade de agricultor. Mesmo quando os pais desejam para os filhos aquelas profissões que requerem o estudo em Nível Técnico ou Superior, a atividade pro eles almejada se vincula a atividades que serão desenvolvidas no meio rural, tais como agrônomo ou técnico agrícola. As profissões vinculadas à cidade são as menos almejadas para os rapazes.

Profissão almejada para os filhos			
	Filho mais velho	Filho mais novo	Filha
Agricultura	3	0	0
Agronomia ou técnico agrícola	5	1	0
Nível superior urbano (engenharia, medicina, direito, etc.)	1	1	7

Quadro 02 – Profissão almejada para os filhos.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A importância atribuída pelos agricultores ao ensino formal foi reforçada pelos entrevistados em diversos momentos ao longo das entrevistas, no entanto, eles também ressaltaram a necessidade das escolas se adequarem ao ambiente rural e oferecerem disciplinas e conteúdos que contemplem os conhecimentos necessários ao desenvolvimento da atividade agrícola.

“Atualmente as escolas já incentivam a agricultura, mas poderia ter algumas atividades de técnicas agrícolas e cursos técnicos na agricultura.”

(N. W., sexo masculino, 50 anos, Sobradinho).

“Acho que as escolas da região deveriam oferecer aulas práticas de agricultura para os jovens.”

(C. S., sexo feminino, 36 anos, Sobradinho).

“Tem que ter um ensino técnico que ensine coisas da agricultura.”

(J. C., sexo feminino, 51 anos, Sobradinho).

Os municípios nos quais se realizou a pesquisa fazem parte de uma das principais regiões produtoras de tabaco do país e todos os entrevistados desenvolvem esta cultura em suas propriedades. Nos últimos anos o governo brasileiro tem se esforçado para se adequar às exigências internacionais que regulam esta produção e um dos acordos assinados pelo país proíbe a participação de pessoas com idade inferior a 18 anos nas atividades de produção do fumo. A fiscalização para o cumprimento desta norma é exercida pelas próprias empresas integradoras, que podem receber multa se

produtores integrados a elas forem flagrados utilizando a força de trabalho de menores neste cultivo. Assim, os agricultores familiares da região estão tendo que se adequar a esta exigência e a reestruturar a tradicional dinâmica de divisão do trabalho nas unidades de produção.

A participação dos jovens nos estabelecimentos da agricultura familiar, incluindo a produção de tabaco, é justificada em grande parte pela necessidade de formação e de aprendizado das crianças e jovens, como parte do *ethos* do agricultor familiar, e menos pela necessidade de seu trabalho. Biolchi et al (2003) reforçam o caráter cultural do envolvimento de crianças e jovens no trabalho agrícola - diferente do trabalho urbano - observando a diferença entre educação para o trabalho e exploração do trabalho infantil, o que é muito comum de ser confundido em relação ao trabalho no meio rural.

Independentemente do destino profissional do filho(a), os agricultores entrevistados nesta pesquisa demonstraram preocupação em relação a limitação da participação dos jovens nas tarefas laborais dos estabelecimentos, pois a inserção das crianças e dos jovens nas atividades da lavoura faz parte da educação que é de responsabilidade da família e representa uma forma de transmissão de hábitos e valores que consideram fundamentais na formação de seus filhos. Os produtores foram unânimes ao considerar o envolvimento das crianças e dos jovens no trabalho como **muito importante** para aquisição dos seguintes aspectos: 1) adquiram o hábito de trabalhar; 2) valorizar o trabalho dos pais; 3) ficar mais disciplinados; 4) contribuir para a valorização da propriedade; 5) não ficar ociosos; 6) evitar que andem em más companhias ou adquiram maus hábitos. Embora em menor proporção, os entrevistados também consideraram importante a participação de crianças e jovens no trabalho agrícola para que eles contribuam para os ganhos da família.

A socialização dos jovens na atividade laboral das unidades de produção familiar faz parte da tradição das famílias agricultoras e é concebida pelos produtores como uma forma de preparar seus filhos para a vida profissional futura, mesmo que fora da agricultura. Segundo os entrevistados, além de contribuir para que os jovens adquiram hábitos considerados saudáveis, a socialização dos jovens no trabalho também é considerada como uma forma de evitar problemas como a indisciplina, a preguiça e a falta de valorização do trabalho, contribuindo para o êxito profissional dos jovens tanto na agricultura, como fora dela. Dessa forma, é possível afirmar que a inserção dos filhos

desde cedo nas atividades laborais da unidade de produção familiar faz parte das estratégias dos pais para a reprodução social da família, sem se limitar a reprodução do estabelecimento agrícola, uma vez que visam à formação de bons profissionais, aptos ao trabalho e disciplinados, que terão facilidade para se inserir no mundo do trabalho dentro ou fora da agricultura familiar.

Os agricultores foram questionados sobre suas preocupações em relação aos seus filhos e a análise das respostas permite que se conclua que a preocupação dos pais em relação aos filhos gira em torno de duas questões: o futuro profissional, educacional e financeiro dos filhos, ou seja, que eles tenham boas condições de vida no futuro e evita seu envolvimento dos jovens com o consumo de drogas.

- Fico preocupado com o futuro deles, que tenham um bom trabalho e que não se envolvam com drogas.

(O. S., sexo masculino, 51 anos, Sobradinho).

- Não quero que se metam com uso de drogas, acho muito perigoso isso. Hoje em dia os jovens estão muito expostos a essas coisas, no meu tempo era tudo diferente, a gente nem ouvia falar em drogas e essas coisas aqui na roça. Não sei na cidade, mas no meio rural não tinha muito disso, agora até aqui já se tem, então nós temos medo que nossos filhos se envolvam com isso.

(N. W., sexo masculino, 50 anos, Sobradinho).

- Minha preocupação é com o futuro deles, que seja bom.

(J. C., sexo feminino, 51 anos, Sobradinho).

Os sonhos dos pais em relação aos filhos também demonstram que predominam as preocupações sobre a estabilidade profissional e financeira dos mesmos no futuro. Algumas respostas foram:

- Quero que meus filhos tenham uma formação e condições de vida melhor.

(N. E., sexo feminino, 45 anos, Sobradinho).

- Quero um bom estudo pra eles, quero que se formem porque sem estudo hoje não se é ninguém nesse mundo. E tenho o desejo que o guri volte para assumir a terra.

(C. C., sexo masculino, 57 anos, Sobradinho)

- Sonho que eles se formem e consigam um bom emprego na cidade.

(O. S., sexo masculino, 51 anos, Sobradinho).

- Sonho com um bom futuro, espero que meu filho se de bem, que tenha dinheiro e bons amigos.

(L. M., sexo feminino, 51 anos, Sobradinho).

- Que tenham um futuro melhor e que se formem na faculdade.

(B. D., sexo feminino, 43 anos, Sobradinho).

- Espero que eles tenham uma vida melhor do que a nossa.

(N. P., sexo masculino, 59 anos, Sobradinho).

Em resumo, o que se observa a partir das entrevistas com os agricultores familiares dos municípios de Sobradinho e Passa Sete é a preocupação em relação à estabilidade financeira dos filhos no futuro e a compreensão de que o estudo formal é fundamental para o alcance de resultados positivos, independente da profissão escolhida pelos filhos. O desejo de que haja entre os filhos um sucessor para o estabelecimento da família também está presente no imaginário dos entrevistados, porém, as dificuldades para que isso aconteça são reconhecidas. A satisfação de ver a continuidade do patrimônio construído através do trabalho familiar concorre com a realização de ver os filhos bem sucedidos, mesmo que em outra profissão. Os problemas relatados para se manter na atividade agrícola também desapontam os pais quando pensam na sucessão do estabelecimento:

- O que eu espero para os meus filhos é que eles tenham um futuro tranquilo. Que não passem pelas dificuldades que passamos nessa vida. Eu estimulo eles nos estudos porque sem estudar não se consegue mais nada na vida. Não importa se vai ficar na roça ou se vai trabalhar na cidade, o estudo é importante em qualquer lugar. Claro que na cidade o estudo ainda é mais exigido, até

porque se não tiver estudo não consegue nenhum emprego, ninguém contrata as pessoas que não tem estudo. Na agricultura ainda é um pouco diferente, se tu não tem muito estudo pode se virar e consegue um sustento. Mas até na agricultura tem mais chance quem estudou, porque a pessoa é mais esclarecida, entende mais da produção, de organização da propriedade e vai se virando melhor. Então eu estimulo que estudem pra terem mais oportunidade. Claro que eu gostaria de ver um dos meus filhos continuar o nosso trabalho, eu falo pro guri, mas não sei. Ele ainda é novo e gosta de estudar e também na agricultura a coisa está muito complicada, não está dando dinheiro; a gente trabalha pesado e não vê a cor do dinheiro. O preço do fumo está cada ano pior, agente não vê melhorar. Então as vezes eu penso: o que adianta insistir pra eles ficarem na roça se for pra ter uma vida difícil?

(N. P., sexo masculino, 59 anos, Sobradinho).

4.2. A ESCOLA COMO INSTÂNCIA SOCIALIZADORA

Neste subcapítulo, analisa-se a socialização dos jovens agricultores no âmbito escolar, partindo de duas perspectivas complementares à compreensão da questão: primeiro, priorizam-se as questões relacionadas aos jovens, tais como o comprometimento com os estudos (mensurando a frequência dos jovens às aulas, a repetência e o tempo dedicado fora da escola aos estudos e às tarefas escolares), a participação dos jovens em atividades de sociabilidade promovidas e/ou apoiadas pela comunidade escolar, realização de atividades de lazer com colegas da escola, a participação em grupos de pares (grêmios estudantis, associações, etc.) e acesso e uso que fazem da internet; depois, centra-se na visão dos professores sobre a socialização dos jovens agricultores e busca-se identificar suas concepções a respeito do meio rural e do meio urbano, sobre o papel da escola na socialização dos jovens rurais, os valores que consideram que devam ser transmitidos pela escola e os recursos didáticos utilizados para transmitir os valores que julgam importantes.

Os jovens foram abordados nas escolas da rede Estadual de Ensino nos municípios de Sobradinho e Passa Sete, portanto, todos estão estudando atualmente. As escolas frequentadas pelos entrevistados estão localizadas na sede dos municípios citados e a distância percorrida pelos entrevistados para se deslocar da residência até o

estabelecimento de ensino varia bastante, embora todos residam na área rural. Enquanto alguns percorrem apenas um quilômetro entre a sua casa e a escola, outros precisam se deslocar vinte quilômetros para chegar até a instituição de ensino. Em média os jovens residem a 5,8 km de distância da escola e esse trajeto é efetuado através de transporte escolar disponibilizado pelos municípios.

Uma parte dos entrevistados (seis deles) está na oitava série do Ensino Fundamental, enquanto a maioria frequenta o Ensino Médio (dez estão no primeiro ano do Ensino Médio e um está no segundo ano da mesma etapa de ensino).

O índice de repetência entre os participantes da pesquisa pode ser considerado elevando, pois 47,1% já repetiram o ano alguma vez. Chamaram a atenção os dados sobre a distorção entre série e idade daqueles jovens que cursam atualmente o Ensino Fundamental, pois superam em quase três vezes as taxas do estado e dos municípios nos quais se realizou a pesquisa. A média estadual de distorção entre série e idade divulgada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) - considerando os estudantes da Rede Estadual de Ensino no ano de 2010 - é de 22,6% entre os alunos do Ensino Fundamental e de 33,8% entre os estudantes do Ensino Médio, enquanto que entre os entrevistados a taxa atinge 66,7% e 27,3%, respectivamente. As taxas de distorção entre a série e a idade dos municípios nos quais ocorreu a pesquisa são semelhantes as do estado, portanto, o índice de distorção entre os entrevistados supera também as taxas municipais. É preciso destacar que a constatação dessa forte diferença nas taxas de distorção referente à série e idade entre os entrevistados que frequentam o Ensino Fundamental e a não ocorrência da mesma situação entre os estudantes do Nível Médio, pode ser indício de evasão escolar ocorrida antes que estes jovens ingressem no Ensino Médio, porém, os dados da pesquisa não permitem que se verifique essa hipótese. O quadro abaixo apresenta a síntese dos dados descritos:

	Distorção série / idade - Ensino Fundamental (Rede Estadual de Ensino)	Distorção série / idade - Ensino Médio (Rede Estadual de Ensino)
Rio Grande do Sul	22,6%	33,8%
Sobradinho	24,6%	30,8%
Passa Sete	22,7%	27,8%
Entrevistado na pesquisa	66,7%	27,3%

Quadro 03 – Taxas de distorção entre série e idade.

Fonte: FEE Dados, 2010; Pesquisa de Campo, 2011.

A defasagem no acompanhamento escolar pode estar relacionada às atividades laborais a que estão submetidos os jovens pesquisados, já que o tempo disponível no turno inverso ao da escola é dividido entre as tarefas escolares e o trabalho na propriedade de seus pais. Além disso, o cansaço físico e a ausência às aulas para ajudar no trabalho agrícola também foram relatados pelos entrevistados.

Ao serem questionados sobre o tempo dedicado ao estudo quando estão fora da escola, a maior parte dos jovens informou que costuma dedicar uma parcela de seu dia para fazer as tarefas escolares. O tempo dedicado aos estudos variou de trinta minutos a três horas; em média, os jovens dedicam 1,6 horas por dia para os estudos fora da escola. Com base nas respostas fornecidas pelos jovens é possível identificar uma relação entre o tempo dedicado aos estudos e os resultados escolares, pois os jovens que já repetiram o ano dedicam no máximo uma hora de seu dia aos estudos enquanto aqueles que nunca foram reprovados estudam entre duas e três horas diariamente.

Doze dos dezessete jovens entrevistados informaram que faltaram à aula pelo menos uma vez nos últimos trinta dias; a média de faltas no período foi de dois dias. As justificativas para a ausência estão relacionadas a problemas eventuais de saúde e à necessidade de auxiliar a família nas atividades da propriedade. O período de coleta de dados para este estudo foi anterior à etapa de colheita do fumo, no qual é mais comum a ausência escolar para ajudar nesta tarefa. Mesmo com a proibição do trabalho de menores de 18 anos nas atividades de produção do fumo estabelecida pelo Brasil em 2005 através da ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e seus Protocolos, mais da metade dos jovens entrevistados (nove dos dezessete) informou que ainda deixa de ir à escola por alguns dias para ajudar seus pais na colheita do fumo quando é necessário.

Poucos jovens participam de atividades extracurriculares, somente três afirmaram existir este tipo de atividade em sua escola e participar delas, sendo capoeira a atividade citada por estes jovens. As instituições escolares visitadas realizam anualmente campeonatos esportivos, que contam com amplo envolvimento de alunos e professores. Durante a visita a uma das escolas de Sobradinho foi possível observar a realização do torneio e as aulas estavam suspensas para a realização desta atividade. Todos os entrevistados informaram participar dos eventos esportivos promovidos pelas escolas e consideram esta uma das principais atividades de sociabilidade da região.

Ao serem solicitados a opinar sobre a possibilidade de introdução e/ou ampliação de algumas atividades (esporte, literatura, desenho ou pintura, música, brincadeiras ou jogos, estudo de português, estudo de matemática, estudo de ciências, estudo de história, estudo de língua estrangeira, práticas agrícolas, informática, artesanato, educação profissional, empreendedorismo, estudo de contabilidade, finanças e comércio) nas escolas, os jovens demonstraram interesse pela maior parte das propostas, o que pode ser interpretado como um reflexo da deficiência de atividades extracurriculares disponíveis a esta população. As atividades com menor índice de aprovação foram estudo de história, estudo de matemática, artesanato e literatura (embora essas três últimas apresentassem percentuais de aprovação de 41,2% cada). Em seguida pediu-se aos entrevistados a indicação das três atividades preferidas entre as citadas anteriormente e, somando-se as respostas dadas a cada item, as preferências dos entrevistados são por aprendizado de contabilidade, finanças e comércio (17,5% das respostas válidas), informática (15%) e educação profissional (12,5%).

Tabela 11 – Três principais atividades a serem introduzidas ou ampliadas nas escolas

Três principais atividades a serem introduzidas ou ampliadas nas escolas	<i>f</i>	%
Esportes	4	10,0
Literatura	0	0,0
Desenho ou pintura	0	0,0
Música	4	10,0
Brincadeiras ou jogos	0	0,0
Estudo de português	2	5,0
Estudo de matemática	3	7,5
Estudo de ciência	0	0,0
Estudo de história	0	0,0
Estudo de línguas estrangeiras	3	7,5
Estudo de práticas agrícolas	2	5,0
Informática	6	15,0
Artesanato	0	0,0
Educação profissional	5	12,5
Empreendedorismo	3	7,5
Administração agrícola	1	2,5
Contabilidade / assuntos financeiros / comercialização	7	17,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Analisou-se também a participação dos jovens em atividades de lazer e sociabilidade, entre as atividades que fazem com maior recorrência nos momentos de lazer destacou-se a prática de esportes (23,5%), encontrar-se com os(as) amigos(as) (17,6%), ler (14,3%) e conectar-se à internet (11,8%).

Tabela 12 – Três atividades realizada com maior frequência pelos jovens nos momentos de lazer

Atividades	<i>f</i>	%
Esportes	12	23,5
Brincar e/ou jogar	1	2,0
Desenhar, pintar e/ou fazer artesanato	0	0,0
Ler	7	13,7
Ver TV	4	7,8
Ver filmes	0	0,0
Ir a festas	5	9,8
Sair/encontrar-se com os(as) amigos(as)	9	17,6
Descansar	2	3,9
Dormir	4	7,8
Viajar	1	2,0
Conectar-se na internet	6	11,8
Total	51	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Os jovens dispõem de poucas atividades regulares de lazer e sociabilidade. Ao serem questionados sobre a frequência com que praticam cada uma das atividades, constatou-se que somente a prática de esportes, a ida a bares, o encontro com os amigos, a conexão na internet e assistir novelas na TV são efetuadas semanalmente pela maior parte dos jovens.

A participação em grupos de pares também é fraca, somente cinco jovens participam de algum grupo ou associação: quatro participam de associação esportiva, três frequentam a associação comunitária, dois do grupo de jovens da igreja e uma do grupo de mulheres.

O acesso à internet é comum entre os entrevistados, somente dois afirmaram não possuir conexão com a rede. Dez jovens possuem internet em casa, os demais acessam na escola (quatro) e na casa de parentes (um). Entre os que possuem internet na residência, a conexão ocorre em média 5,7 dias por semana, e entre os que acessam em outros locais a média semanal é de 1,4 dias. O tempo de conexão também é superior entre os que o fazem em casa, mais de 3 horas por dia contra 1,5 horas diárias pelos que acessam na escola ou na casa de parentes. Ter a disponibilidade de acesso em casa também está relacionado com o uso que se faz da rede: entre os que conectam a internet em casa, a principal finalidade é o acesso às redes sociais (MSN, Facebook, Orkut, etc.); já entre os que conectam a rede na escola e na casa de parentes, o uso mais frequente é

para a leitura de livros e a busca de informações para a realização das tarefas escolares. Os dados evidenciam a importância desta tecnologia no que se refere à sociabilidade, pois todos os entrevistados com conexão informaram estar em pelo menos um tipo de rede social e fazer uso desta com regularidade (pelo menos uma vez por semana). Outro aspecto a ser considerado é de que apesar de todas as escolas possuírem laboratório de informática, o uso pelos alunos é restrito, limitando-se a uma ou duas horas semanais. O limite de acesso aos computadores escolares se deve ao número reduzido de equipamentos disponíveis, os quais somente podem ser acessados pelos alunos quando não estão sendo utilizados por nenhuma disciplina. Os jovens também relataram o baixo aproveitamento dos equipamentos enquanto recurso didático em sala de aula, pois, segundo os mesmos, são poucos os professores que utilizam os computadores e/ou a internet para a transmissão dos conteúdos, limitando-se apenas a disponibilizar algum tempo de sua aula para que procurem material para a realização dos trabalhos solicitados.

- Os professores quase não usam o laboratório, quando nos pedem alguma tarefa é que nos levam para lá e deixam a gente procurando o conteúdo na internet.
(M.C., sexo feminino, 14 anos, Sobradinho)

- Tem alguns professores que usam quando tem trabalho, mas para outras coisas não. Quando não estão usando em nenhuma matéria, eu uso para ler alguns livros, procurar informações para os trabalhos das aulas, para ler meus e-mails e para entrar no Orkut. É para essas coisas que eu costumo usar o computador da escola porque não dá para usar muito tempo.
(C. F., sexo feminino, 17 anos, Sobradinho).

- Eu quase não uso o computador aqui, prefiro usar em casa. Eu uso aqui quando os professores nos levam para o laboratório, durante a aula. Mas fora isso eu só uso em casa (). Eu entro no MSN e no Orkut, é o que eu mais faço na internet. Uso também pra pesquisar sobre agricultura, faço os trabalhos da escola e jogo uns jogos de vez em quando.
(C.S., sexo masculino, 15 anos, Passa Sete).

Os professores foram entrevistados através de um grupo focal do qual participaram cinco docentes de uma escola da rede Estadual em Sobradinho. Os participantes do grupo lecionam as seguintes disciplinas: história, geografia, inglês, química e física. São todos do sexo feminino, com idades que variam de 31 a 52 anos (média de 45 anos).

Na opinião do grupo de docentes, a liberdade e o contato com a natureza são os aspectos positivos do meio rural. Além disso, identificam a preservação de alguns valores, tais como o respeito e a união familiar, e o convívio em comunidade. Em contraponto, o uso de agrotóxicos e a desvalorização dos produtos e das pequenas propriedades são apontados como elementos negativos das áreas rurais.

De acordo com os professores, não há mais diferença entre os alunos da cidade e os de zonas rurais. Os alunos do meio rural já tem acesso aos mesmos recursos que os da cidade e, por isso, têm a mesma capacidade.

- Com a expansão dos meios de comunicação e a difusão das novas tecnologias não se percebe mais a diferença de quem é da zona urbana e da zona rural.

(S.S., sexo feminino, 52 anos, professora em Sobradinho).

Segundo o grupo, o preparo para o exercício da cidadania e a capacitação para a inserção profissional são os principais papéis da escola no que se refere à formação das novas gerações. Os docentes ressaltam ainda que a escola deve conduzir o aluno na busca de seu espaço na sociedade, mostrando-lhes as opções e os caminhos para que façam suas escolhas. No entanto, as escolas estão pouco preparadas no que diz respeito à formação para o mercado de trabalho, pois dispõem de poucos recursos e estão distanciadas da realidade.

O ensino está distanciado da realidade. As mudanças estão muito rápidas e a escola não consegue acompanhar estas mudanças. A falta de investimento na estrutura escolar e até na capacitação dos professores também piora a situação, por isso eu digo que a escola não prepara o aluno de forma eficaz para entrar no mercado de trabalho. Se o aluno não buscar alternativas de capacitação ele não se insere no mundo do trabalho ou vai ter uma ocupação pouco valorizada.

(R. D., sexo feminino, 40 anos, professora em Sobradinho).

Os professores não chegaram a um consenso sobre a adequação dos conteúdos disciplinares ao público atendido pela escola. Para os professores, há um impasse na formação de alunos capazes de ingressar em cursos superiores, pois é preciso escolher entre a abordagem dos conteúdos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o investimento em questões de conhecimento local. Apesar de divergirem quanto ao que consideram que deveria ser trabalhado nas escolas, eles são unânimes ao afirmarem que a escola hoje desenvolve os conteúdos amplos estabelecidos nacionalmente.

Há uma demanda por investimento público nas escolas para a melhoria da infraestrutura, compra de material didático e capacitação profissional. Os docentes afirmam que a escola está abandonada pelo poder público e consideram que o investimento é imperioso para que os jovens se sintam atraídos pelo estudo. Além disso, ressaltaram a importância da implementação de escolas técnicas na região.

Apresentou-se aos docentes uma série de itens para que opinassem sobre a necessidade de inclusão na escola (escola em turno integral, reforço em língua portuguesa, reforço em matemática, aprendizagem de língua estrangeira, ensino de música e dança, aprendizagem de práticas agrícolas, aprendizagem de contabilidade e/ou administração e aprendizagem de informática). Com exceção da escola em turno integral e da aprendizagem de práticas agrícolas, a inclusão dos demais itens foi considerada importante pelos docentes. A rejeição pela aprendizagem de práticas agrícolas foi justificada pela necessidade de implementação de escolas técnicas, que segundo os professores, seria o local adequado para o ensino prático desta e de outras profissões.

Segundo Altusser (1971), entre os papéis atribuídos à escola, encontra-se a reprodução da força de trabalho, uma vez que esta não ensina apenas as habilidades básicas, mas também as regras de comportamento e atitudes adequadas às posições para as quais as novas gerações são destinadas. No caso aqui estudado observa-se um despreparo da escola no que se refere à formação para o trabalho agrícola, já que as escolas não dispõem de estrutura adequada para as atividades práticas relacionadas ao ambiente agrícola e nem de profissionais capacitados para desenvolver estas habilidades nos discentes. Há um descompasso entre a escolarização e a realização de atividades agrícolas, como se o investimento em uma fosse a negação da outra.

4.3. REPRODUÇÃO SOCIAL: OS PROJETOS DE VIDA E AS AVALIAÇÕES

Neste subcapítulo trata-se das perspectivas de reprodução social da agricultura familiar através da análise dos projetos de vida e das avaliações formuladas pelos jovens pesquisados, partindo-se do pressuposto de que as avaliações e os projetos de vida revelam a disposição dos mesmos em seguir na atividade agrícola ou buscar outra profissão. No que diz respeito às avaliações, consideram-se as opiniões dos jovens sobre o modo de vida no meio rural, o trabalho no campo, a educação no meio rural, as possibilidades de lazer na comunidade em que residem e sobre a união conjugal com um(a) agricultor(a). No que tange aos projetos de vida, analisam-se os projetos educacionais, profissionais, matrimoniais e residenciais, abordando-se questões tais como a pretensão de continuar os estudos e o nível de escolaridade pretendido, a área de formação e de atuação profissional almejada, a possibilidade de união conjugal com um(a) agricultor e o local onde pretendem fixar moradia no futuro.

Constatou-se, através das entrevistas com os jovens de Sobradinho e Passa Sete, que predominam percepções positivas acerca do modo de vida no meio rural. Quando foram questionados sobre suas avaliações em relação a este meio, a metade dos jovens considerou bom ou ótimo e a outra metade avaliou como “regular”. A vida no campo está associada à natureza e à tranquilidade características deste ambiente, e embora ainda não tivessem sido questionados diretamente sobre as atividades laborais, os jovens destacaram como fator negativo do meio rural a penosidade do trabalho agrícola.

O modo de vida dos pais foi avaliado positivamente por todos os jovens e os fatores destacados foram: o desenvolvimento de um trabalho do qual gostam e a possibilidade de produção de alimentos para a subsistência.

- O modo de vida é bom porque eles fazem o que gostam e tem tudo o que querem e precisam.

(J. S., sexo masculino, 16 anos, Sobradinho).

- O meio rural é um bom lugar para viver, aqui é calmo e a gente pode estar em contato com a natureza e os animais. Na cidade não tem o ar puro do campo e toda a natureza que temos. Meus pais tem uma vida boa, é bem tranquilo. A maior parte dos alimentos é produzido pela família e não falta nada em casa, então eu acho que é bom.

(F. B., sexo feminino, 14 anos, Sobradinho).

Quanto ao trabalho na agricultura familiar, pouco mais da metade (54,5%) dos jovens o considera bom e o restante (45,5%) avaliou como regular. Para os jovens, o trabalho na agricultura familiar exige muito esforço físico, está sujeito aos rigores do clima e possibilita pouco retorno financeiro; em contrapartida, podem produzir para o consumo, há liberdade quanto à tomada de decisões e ao horário de trabalho, além de não ter um patrão a quem se submeter.

- O que tem de vantagem é que podemos produzir os alimentos e não precisamos comprar.

(G. M., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

- Na agricultura nós somos nosso próprio patrão, não tem ninguém pra ficar mandando na gente.

(L. F., sexo masculino, 16 anos, Sobradinho).

- O que tem de ruim é que o trabalho tem que ser feito na chuva ou no sol.

(M. C., sexo feminino, 14 anos, Sobradinho).

- O trabalho na agricultura é pesado e prejudica a saúde porque temos que lidar com veneno.

(J. S., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

A educação no meio rural foi avaliada positivamente pelos jovens entrevistados, para os quais, os habitantes do meio rural dispõem de fácil acesso à escola atualmente, pois mesmo não havendo instituições de ensino em todas as localidades, as prefeituras disponibilizam o transporte escolar aos estudantes.

- Hoje em dia todo mundo tem acesso aos estudos. Tem o transporte escolar, então só não estuda quem não quer mesmo.

(S. R., sexo feminino, 16 anos, Sobradinho).

Entre os aspectos analisados a respeito da vida no meio rural, as opções de lazer obtiveram as piores avaliações dos jovens respondentes da pesquisa, reforçando o que se constatou anteriormente através da descrição das atividades de lazer e sociabilidade e a frequência com que os entrevistados realizam as mesmas. Os dados levantados também foram ao encontro do que demonstram estudos realizados com jovens agricultores de outras regiões do estado (CORADINI, 2011) nos quais os jovens também formulam avaliações negativas sobre a oferta de lazer nas comunidades rurais. Metade dos jovens avaliou como ruim as opções de lazer disponíveis na comunidade, 16,7% consideraram regular e 1/3 avaliaram como boa.

Os jovens afirmam existir opções de lazer nas comunidades, tais como festas e eventos esportivos, mas se queixam da regularidade com que ocorrem e da pouca diversidade de opções.

- Eu gosto de ir nas festas e quando tem os campeonatos eu também participo. Isso é o que tem de lazer por aqui e que reúne bastante gente na comunidade. Mas não é sempre que tem essas coisas, as festas até são mais seguidas porque num final de semana é aqui, depois tem em outra comunidade e assim vai. Então se for ver, quase toda semana tem alguma festa, mas nem sempre eu vou porque as vezes é longe e depende de ter como ir e voltar. Eu vou uma vez a cada mês ou a cada dois meses porque nem sempre tem como ir e meus pais também não deixam ir sempre, eles não gostam muito, acham que sou muito nova pra estar saindo toda hora.

(S. R., sexo feminino, 16 anos, Sobradinho).

- Tem opções de lazer sim, tem os balneários e o Parque do Feijão que é bom porque é cheio de árvores. Volta e meia também tem as festas e os bailes, mas poderia ter mais coisa. Tem poucas opções, não é como na cidade que tem mais bares e locais para os jovens se reunir.

(J. S., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

- Aqui é muito ruim para os jovens, não tem quase nada. Quando tem festa são sempre as mesmas pessoas e fora isso não tem outra coisa. Eu gosto de ir para Santa Cruz, tenho meus tios que moram lá e minha prima que tem a mesma idade que eu. Quando vou pra lá eu saio com ela em vários lugares. É quando eu aproveito pra fazer coisas diferentes, ir no shopping, cinema, essas coisa

porque aqui não tem nada disso. Aqui eu fico mais em casa mesmo ou saio pra encontrar minhas amigas, mas é sempre a mesma coisa.

(P. H., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

A tabela abaixo apresenta um resumo das avaliações dos jovens sobre os itens questionados:

Tabela 13 - Avaliações

	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Modo de vida no meio rural	1	8,3	5	41,7	6	50,0	0	0,0	12	100,0
Modo de vida dos pais	1	8,3	11	91,7	0	0,0	0	0,0	12	100,0
Trabalho na agricultura familiar	0	0,0	6	54,5	5	45,5	0	0,0	11	100,0
Educação no meio rural	1	8,3	8	66,7	3	25,0	0	0,0	12	100,0
Opções de lazer na comunidade	0	0,0	4	33,3	2	16,7	6	50,0	12	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Conforme Boutinet (2002), a habilidade de projetar o futuro é cada vez mais presente e valorizada na nossa sociedade, em que se vive uma “cultura do projeto” estando o sentido da existência ligado de forma cada vez mais íntima com a capacidade de projeção do futuro. Segundo Velho (2003), é através dos projetos que as trajetórias individuais são construídas, por isso, a utilização deste instrumento torna-se útil neste estudo.

Para os jovens, o casamento com um(a) agricultor(a) significa, mesmo que parcialmente, a continuidade do modo de vida ao qual já fazem parte, ou seja, a permanência no meio rural e na atividade agrícola. Esta abordagem sobre o casamento e a permanência na atividade agrícola há algum tempo atrai a atenção dos estudiosos que se propõem a estudar os processos sociais do campo, encontrando já na década de 1960 análises referentes ao celibato masculino no meio rural (BOURDIEU, 1962).

Segundo Stropasolas (2004), rapazes e moças formulam representações distintas quanto ao casamento, na construção de seus projetos de vida; para eles, o casamento significa a manutenção de seu status de agricultor, enquanto que, para elas, ele pode significar dependência e subordinação (STROPASOLAS, 2004).

Em estudo recente com jovens do Sul do Brasil, Brumer et al (2008) constata a existência de uma larga margem de flexibilidade em relação à união conjugal com um(a) agricultor(a), uma vez que 29% dos rapazes e 38% das moças se disseram indiferentes

quanto a esta questão. Os pesquisadores também verificaram a ocorrência de um percentual significativo de jovens (58% dos rapazes e 39% das moças) que consideraram positiva a possibilidade de casamento com trabalhador(a) da agricultura familiar.

Entre os jovens consultados nesta pesquisa, prevalecem aqueles (8 entrevistados, equivalente a 47,1%) que consideram negativa a possibilidade de casamento com um(a) agricultor(a), embora apenas um descarte esta possibilidade. Cinco jovens (29,4%) avaliam de forma positiva e quatro (23,5%) são indiferentes. Não é possível estabelecer uma relação entre esta avaliação e os projetos de continuidade no trabalho agrícola, uma vez que somente dois dos dezessete entrevistados pretendem continuar na agricultura familiar, no entanto, pode-se observar uma relação entre o sexo do entrevistado e a avaliação em relação a união conjugal. Nenhuma moça avalia de forma positiva o casamento com um agricultor, seis delas consideram negativo (embora possível) o casamento com alguém da agricultura e quatro são indiferentes quanto a esta questão. Entre os rapazes, são maioria (5 o que equivale a 71,4% dos rapazes) os que consideram positivo o casamento com uma agricultora e dois acham negativo (mas somente um destes descarta a possibilidade).

Os rapazes que avaliam positivamente o casamento com uma agricultora justificam sua posição pela disposição e habilidade das jovens agricultoras para o trabalho em contraposição às moças da cidade. Entre os jovens (rapazes e moças) que avaliam de forma negativa o casamento com um(a) agricultor, concentram-se argumentos relacionados à pretensão de residir na cidade. Já para aqueles jovens que estão indiferentes quanto à questão, o que está em jogo é o sentimento que irão nutrir pelo cônjuge, que deverá ser superior à avaliação da profissão desenvolvida pelo mesmo.

- Eu considero positivo casar com uma moça do campo porque elas são mais sérias do que as gurias da cidade. E elas foram acostumadas desde pequenas a cuidar da casa e ajudar os pais na propriedade, então elas sabem fazer as coisas e já tem esse costume. Eu não sei, mas acho que na cidade tem muita guria que não sabe fazer as coisas, ou não quer mesmo, tem preguiça.

(L. F., sexo masculino, 16 anos, Sobradinho).

- Fica incompatível casar com alguém da agricultura, digo alguém que queira continuar na agricultura. Não sou contra casar com um rapaz que vem do campo

como eu, mas se quiser ficar nesse trabalho não tem como porque eu quero morar na cidade e quero ser médica, então como vou casar com um agricultor? (A. F. sexo feminino, 14 anos, Passa Sete).

- Eu penso que o importante pra casar é o que se sente pela outra pessoa e não a profissão dela, se o amor é de verdade se supera qualquer barreira. A minha tia, por exemplo, ela é professora e o marido dela é agricultor. Eles moram no campo e ela vai todo dia pra cidade pra trabalhar e tudo dá certo. (G. M., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

De acordo com Weisheimer (2009), o projeto de escolarização pode ser compreendido como uma orientação de mobilidade em curto prazo dos jovens e permite que se identifique a lógica de ações sobre a qual se estruturam suas trajetórias possíveis estando relacionada às suas próprias motivações ou ausência delas. Os projetos de escolarização revelam ainda a incorporação, por parte dos atores, das regras do jogo na qual a fidelidade e o pertencimento ao grupo se traduzem no que os jovens projetam para si e que tende ser a confirmação do que se espera que eles façam (WEISHEIMER, 2009, p. 270).

Como perspectiva de vida no futuro, os jovens do meio rural veem na educação formal praticamente a única chance de saírem do trabalho agrícola. Segundo Carneiro (1998), o estudo, associado à migração temporária, representa a principal alternativa às atividades laborais da agricultura familiar. O contato com jovens de origem urbana também proporciona a aquisição de novos valores e alteram o comportamento destas gerações, que passam a incluir em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicos do meio urbano (CARNEIRO, 1998).

Os dados obtidos através do trabalho de campo em Sobradinho e Passa Sete demonstram uma forte valorização da educação formal por parte dos jovens agricultores familiares e uma relação entre a valorização da escolarização e a busca de sucesso profissional e a melhoria das condições de vida no futuro. Como demonstra Siqueira (2004) estudo é um meio de ascensão social e uma forma de melhoria da qualidade de vida. Há, entre os jovens rurais, uma expectativa de que um maior nível educacional lhes proporcione melhores condições de inserção profissional, ou seja, as expectativas em relação ao futuro encontram-se intimamente vinculadas àquilo que a educação formal pode lhes oferecer em termos de uma vida melhor.

“Eu acho importante estudar porque sem estudo hoje em dia não somos ninguém, precisa de estudo pra tudo hoje. Então, se quisermos ter um bom emprego e um bom futuro, temos que seguir estudando.”

(J. S., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

“Para ser alguém na vida hoje em dia precisa de muito estudo e o principal é que precisamos de estudo para realizar os nossos sonhos.”

(P. H., sexo feminino, 15 anos, Sobradinho).

Chamaram a atenção os projetos educacionais formulados pelos entrevistados, uma vez quase todos (88,2%) almejam fazer um curso superior. Somente dois jovens (11,8%) não têm como plano a realização de um curso superior, um deles quer concluir o Ensino Médio e o outro pretende cursar um curso de técnico agrícola.

Os projetos educacionais estão intimamente relacionados aos projetos profissionais construídos por estes jovens e à rejeição maciça ao trabalho agrícola como profissão a ser desenvolvida no futuro. Mesmo antes de serem questionados sobre a profissão almejada, esta veio a tona quando se tratou do nível de escolarização pretendido. Também ficou clara a recusa em prosseguir na atividade agrícola, pois como foi indicado acima somente dois dos dezessete jovens entrevistados afirmaram querer prosseguir trabalhando na agricultura.

Os dois jovens que pretendem continuar na agricultura familiar são do sexo masculino, porém, mesmo entre os rapazes prevalece a preferência por outra profissão uma vez que os cinco restantes afirmaram não querer esta atividade. Observou-se uma nítida preferência por profissões que rompam com a agricultura familiar, entre as carreiras pretendidas foram citadas: medicina, direito, engenharia civil, jornalismo, veterinária, jogador(a) de futebol, professor(a) e inspetor(a) de polícia.

Foi solicitado aos jovens que justificassem porque querem ou não ser agricultor(a). Os dois jovens que querem seguir na atividade informaram:

- Eu vou herdar a propriedade e gosto de trabalhar na agricultura. É o trabalho que já sei fazer e estou acostumado, eu acho bom.

(L. F., sexo masculino, 16 anos, Sobradinho).

- Eu quero ser agricultor pra poder continuar o trabalho do meu pai e porque eu gosto da agricultura. Eu nasci aqui e aprendi a trabalhar desde pequeno o trabalho da roça.

(C. J., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

Ser uma atividade que exige demasiado esforço físico, o baixo retorno financeiro, estar sujeito aos rigores do clima e em contato com agrotóxicos, foram as justificativas apresentadas por aqueles que não desejam ser agricultor(a).

Entre os fatores explicativos para a recusa dos jovens em permanecer na atividade agrícola pode-se considerar o tipo de produção, uma vez que, por se tratar de uma atividade quase que exclusivamente manual, o cultivo do fumo exige um emprego intenso de força de trabalho (sobretudo quando comparado a outros produtos) e é caracterizado por longas jornadas de trabalho que absorvem quase todo o ano.

- Eu não quero continuar na agricultura, o trabalho aqui é muito pesado, agente cansa demais e quase não dá lucro nenhum. A gente praticamente nem tem descanso porque quando o pai termina de vender o fumo, logo já tem que começar o trabalho de novo.

(J. S., sexo masculino, 15 anos, Sobradinho).

Fatores não analisados neste estudo podem contribuir para formulação de projetos juvenis que rompem com a continuidade na atividade agrícola, como o tamanho dos estabelecimentos agrícolas e as condições materiais das unidades de produção. Conforme Patrick Champagne (1986), a possibilidade de um jovem francês suceder o pai na atividade agrícola é maior entre às famílias que detém maior proporção de terra. Abramovay et al (1998) constatam, em pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina, que era mais frequente a ocorrência de estabelecimentos com a sucessão encaminhada entre àquelas famílias que apresentavam melhores condições de renda e padrão de vida.

Há um descompasso entre os projetos profissionais elaborados e o local no qual os jovens pretendem residir no futuro, indicando que o desejo de residir no meio rural não se restringe àqueles tenham entre seus planos a continuidade no trabalho agrícola. Mais da metade deles (52,9%) elegeu o meio rural como local onde pretendem morar no futuro, ao passo que, como mencionado anteriormente, somente dois jovens querem ser agricultor. Os jovens citaram a tranquilidade das áreas rurais como a principal

justificativa para esta escolha. Entre os oito jovens que afirmaram que gostariam de morar no perímetro urbano, o que os leva a ter este desejo é a facilidade de acesso aos recursos, como comércio e serviço, disponíveis nas cidades.

Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisas recentes e parecem ser uma tendência no estado: em pesquisa realizada por Coradini (2011) no município de Faxina do Soturno - RS, dos 36 jovens agricultores entrevistados 27 escolheram o meio rural como local preferido para moradia e citaram aspectos relacionados à qualidade de vida para justificar tal preferência; dos 681 jovens agricultores entrevistados por Weisheimer (2009) em todo o estado do Rio Grande do Sul, 70,9% escolheram o meio rural quando questionados sobre o local onde pretendem morar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado consiste na análise referente à socialização exercida pela família e pela escola e seus efeitos na reprodução social das novas gerações de agricultores familiares, considerando as diversas transformações pelas quais vem passando o meio rural brasileiro nas últimas décadas. Para tanto, procedeu-se um estudo qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos jovens agricultores e aos produtores rurais, e a realização de um grupo focal com docentes de uma escola da rede estadual de ensino, cujo público inclui os jovens de famílias agricultoras.

Inicialmente, apresentou-se o contexto atual da discussão na qual se insere esta pesquisa. Foram expostos os objetivos e as hipóteses do estudo, assim como os procedimentos metodológicos que conduziram a coleta de dados e análise. Em seguida, realizou-se uma revisão minuciosa dos principais estudos que trataram este objeto, o que deu suporte tanto para sua contextualização quanto para as reflexões posteriores. Nesse ponto apresentaram-se as diferentes teorias que problematizam o debate sobre juventude, socialização, reprodução social, identidade e projetos.

No que diz respeito às abordagens acerca das definições de juventude, deu-se ênfase a sua emergência enquanto categoria social e às principais formas de utilização em âmbito acadêmico. Quanto ao conceito de socialização, retomaram-se as referências clássicas desse debate, as formas como o conceito foi abordado nos estudos científicos e as especificidades da socialização de jovens agricultores familiares. Destaque maior é dado para o debate sobre a reprodução social, em que residem as principais questões teóricas que envolvem a discussão proposta neste estudo, abordando-o em sua especificidade dentro do modo de produção agrícola familiar e observando, sobretudo, o papel dos jovens neste processo.

Nas discussões acerca de identidade, analisaram-se as formas como este vem sendo utilizado enquanto conceito sociológico, em especial nos estudos culturais, na sociolinguística interacional, na etnografia e no interacionismo simbólico. No que diz respeito ao conceito de projetos, tratou-se de sua emergência e principais abordagens. Ambos são adotados como categorias analíticas centrais nesse estudo, constituindo uma significação específica, operacionalizada para a análise das novas gerações de agricultores familiares.

No terceiro capítulo procede-se uma caracterização do universo de pesquisa no qual se inclui: a) uma discussão sobre a definição de agricultura familiar e a importância socioeconômica deste segmento; b) um panorama sobre as transformações ocorridas no universo rural brasileiro nas últimas décadas; c) uma caracterização da fomicultura no Brasil e no Rio Grande do Sul, incluindo sua trajetória histórica, características produtivas e do sistema integrado de produção e aspectos relacionados ao trabalho nas unidades de produção familiar; d) e os municípios de Sobradinho e Passa Sete. Apresentam-se, assim, os indicadores sociodemográficos da região e as peculiaridades do universo da pesquisa, o que torna mais clara a análise dos dados empíricos.

O quarto capítulo contém a análise dos dados de campo, a partir dos quais foi possível chegar a uma série de resultados. É oportuno salientar que tais resultados não são passíveis de generalização para o universo da juventude agrícola do Estado, uma vez que as características locais que abrangem as questões materiais, a matriz produtiva, as condições de trabalho, a estrutura de oportunidades, a faixa etária, entre outras, podem interferir nas questões analisadas neste estudo. O intuito foi o de aprofundar a análise do objeto e não o de imprimir generalizações ou estabelecer um modelo causal. Sinteticamente, obtiveram-se os seguintes resultados:

- O início das atividades laborais ocorre de forma muito precoce entre os jovens agricultores familiares, em média, aos dez anos de idade. A inserção no trabalho está associada a tarefas pertencentes ao ambiente doméstico, como a limpeza da casa, o preparo das refeições, o cuidado da horta e/ou do pomar e o trato de pequenos animais. Essas atividades são normalmente de responsabilidade da mulher e dos jovens e são desvalorizadas em comparação ao trabalho desenvolvido na lavoura. A desvalorização destas tarefas é incorporada pelos próprios jovens e ficou explícita diante do descompasso nas informações referentes à idade em que ingressaram no trabalho, uma vez que foi comum os jovens informarem que começaram a realizar as tarefas domésticas, de cuidado da horta e/ou pomar e de trato dos animais, cerca de dois ou três anos antes da idade que informaram terem iniciado a trabalhar.
- Os jovens convivem com uma longa jornada diária de trabalho nas unidades de produção familiar; em contrapartida, sua presença é inexpressiva no que se refere à gestão da propriedade. A participação juvenil nas tomadas de decisões é

pequena e, assim como as demais atividades laborais, está mais fortemente associada ao ambiente doméstico do que à gestão da lavoura.

- Caso se concretize os desejos profissionais dos entrevistados, a sucessão dos estabelecimentos estará comprometida, pois os jovens apresentam uma rejeição ao trabalho agrícola e o desejo de estudar e ter outra profissão.
- Os produtores têm uma visão pessimista da viabilidade econômica dos estabelecimentos agrícolas e se questionam sobre as vantagens de seus filhos permanecerem nesta profissão. Eles demonstram um desejo de continuidade da propriedade por algum dos filhos (exclusivamente os filhos homens), justificado pelo apego emocional em relação ao estabelecimento e ao que foi construído pela família, no entanto, o sucesso profissional e financeiro de seus filhos encontra-se em primeiro plano mesmo que represente o abandono da atividade agrícola.
- Independente do futuro profissional que será seguido pelos filhos, os produtores reconhecem a importância da educação formal e almejam que seus filhos prossigam nos estudos. O nível de escolaridade desejado para os filhos está relacionado ao sexo e a profissão que será seguida, sendo maior para as moças e para aqueles que não continuaram no trabalho agrícola. No entanto, o nível mínimo de formação esperado é a conclusão do Ensino Médio.
- Os jovens entrevistados neste estudo apresentaram um elevado índice de repetência e taxas de distorção entre a série e a idade que superam a média estadual e a média dos municípios nos quais ocorreu a coleta de dados. Ao detalhar os dados, observa-se que a disparidade ocorre somente entre aqueles entrevistados que ainda frequentam o Ensino Fundamental, o que pode ser um indício de evasão escolar entre os que não obtêm êxito nesta etapa do ensino, porém, as informações disponíveis não permitem que se verifique esta hipótese, mas indicam a necessidade de estudos que contemplem esta questão.
- A defasagem no acompanhamento escolar pode estar relacionada às atividades laborais a que estão submetidos os jovens pesquisados, pois se observou uma relação entre o tempo dedicado aos estudos e os resultados escolares. Além disso, o cansaço físico e a ausência às aulas para ajudar no trabalho agrícola também foram relatados pelos entrevistados.

- A oferta de atividades extracurriculares é restrita, limitando-se a torneios esportivos realizados anualmente. Os jovens dispõem de poucas atividades regulares de lazer e sociabilidade, entre as quais se destacam a prática de esportes, a ida a bares, o encontro com os amigos, a interação na internet e assistir novelas na TV.
- Os jovens assimilam facilmente o uso dos recursos digitais e o acesso à internet é amplamente disseminado entre eles. Os dados evidenciam a importância da conexão à rede no que se refere à sociabilidade, uma vez que quase todos fazem uso regular das redes sociais, no entanto, os dados também demonstram o subaproveitamento dos recursos digitais por parte das instituições de ensino, que apesar de possuírem os equipamentos, apresentam utilização deficitária, efetuado em poucas disciplinas e limitado à disponibilização de tempo para a execução de tarefas solicitadas.
- Percebe-se certo despreparo da escola no que se refere à formação para o trabalho agrícola, não dispendo de estrutura adequada e nem de profissionais capacitados para desenvolver estas habilidades nos discentes. Tanto nos currículos escolares quanto na postura educacional, o trabalho na agricultura é pouco valorizado. Esta falta de sintonia entre o ambiente escolar e o público oriundo das famílias de agricultores desenvolve-se um antagonismo entre a escolarização e a realização de atividades agrícolas, como se o investimento em uma fosse necessariamente a negação da outra.
- De modo geral, os jovens apresentaram avaliações positivas acerca do modo de vida no meio rural, do modo de vida dos pais, do trabalho na agricultura familiar e da educação no meio rural. Os aspectos positivos da vida no meio rural estão associados ao contato natureza e à tranquilidade deste ambiente, e os fatores negativos relacionam-se à penosidade e à insalubridade do trabalho na lavoura.
- Foi na avaliação sobre as possibilidades de lazer no meio rural que os jovens demonstraram maior descontentamento, justificado pela falta de regularidade de eventos sociais, pouca diversidade de opções de lazer e restrição da rede de sociabilidade local.
- Os projetos educacionais estão relacionados aos projetos profissionais construídos pelos jovens e à rejeição maciça ao trabalho agrícola como profissão futura. A conclusão de um curso superior está entre os planos de quase todos os

entrevistados e está associada ao sucesso profissional e melhoria das condições de vida no futuro que os jovens acreditam que a educação formal possa lhes proporcionar.

- Embora rejeitem o trabalho agrícola como profissão futura, o meio rural está nos planos dos jovens quando se trata de local onde pretendem fixar moradia.

Como se pode observar, vislumbramos um ambiente rural em que as perspectivas de continuidade das atividades agrícolas estão fortemente comprometidas em função da crise na sucessão dos estabelecimentos familiares. Tanto os projetos juvenis quanto as estratégias familiares, demonstradas nas opiniões dos pais, indicam a busca por melhores condições de vida fora da agricultura. Se a família já não possui mais o monopólio do processo de socialização das novas gerações – fator já citado em outros estudos como motivo para a migração juvenil – destaca-se aqui que ela pode justamente atuar no sentido inverso, contribuindo para o próprio fluxo migratório, uma vez que há um significativo investimento educacional nos filhos com vistas à mobilidade social.

Esta socialização “compartilhada” com os produtos e valores culturais do urbano é fruto de um processo de disseminação da comunicação e do acesso a bens e serviços antes incompatíveis com a realidade das comunidades rurais mais isoladas. Os jovens agricultores consomem estas tecnologias e são ávidos pela ampliação de suas redes de sociabilidade, o que se coloca como mais um motivo para a busca do rompimento com a estrutura social vinculada à produção agrícola familiar.

E mesmo a socialização no interior do núcleo familiar, orientada para a inserção laboral na atividade agrícola, pode adquirir o sentido de educar o jovem para a vida fora da agricultura. Este dado chama atenção por até então associávamos a socialização no trabalho agrícola apenas como um esforço pelo desenvolvimento da vocação agrícola entre os sucessores. Para além da manutenção desta vocação agrícola, a inserção no trabalho referenda valores como a disciplina, o comprometimento, a assiduidade, hábitos que facilitam a inserção e êxito também no mundo do trabalho não-agrícola. Logo, esse processo de socialização revela uma estratégia de reprodução familiar, tanto na agricultura quanto fora dela.

A escola, por sua vez, colabora para o desagregamento do tecido social do campo ao proporcionar um ensino descontextualizado com a realidade rural. Nos casos

analisados, percebeu-se não somente a ausência de uma transposição didática dos conhecimentos escolares à realidade dos jovens agricultores, como também um baixo incentivo à utilização dos conhecimentos escolares nos estabelecimentos familiares. Assim, as pré-noções e os conhecimentos adquiridos no trabalho são desconsiderados nos processos de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que os conhecimentos “formais”, desenvolvidos em sala de aula, são pouco aproveitados no dia-a-dia do trabalho nas unidades produtivas familiares.

O incentivo ao empreendedorismo juvenil no que se refere ao trabalho agrícola, que poderia ser a base da inovação e desenvolvimento das comunidades rurais, é desconsiderado no programa de ensino, o que denota a desvalorização da agricultura, de modo geral, como alternativa profissional dos jovens que buscam níveis médios e avançados de escolarização. Contribui para este antagonismo entre escolarização e desenvolvimento da agricultura, ainda, o fechamento de escolas em comunidades rurais - o que em muitos casos obriga os jovens a grandes deslocamentos até centros urbanos - e a limitação na oferta do ensino técnico-profissional voltado para a agricultura, pecuária ou agroindústria, que qualificaria significativamente a mão-de-obra da agricultura familiar, colaborando não só para a fixação do jovem no campo como também para o aumento da produtividade e geração de renda.

Neste cenário de condições adversas à continuidade da atividade agrícola, observamos os papéis da escola e da família, que podem atuar no sentido de reafirmar a tradição agrícola quanto no sentido de romper com este modo de produção. Nos municípios observados, a segunda tendência é a que se vislumbra. Trata-se de duas dimensões que atuam conjuntamente a outros fatores, de ordem econômica, política e social, o que torna complexa e dinâmica as análises sobre o fluxo migratório juvenil, suscitando um esforço constante por mensurá-los em tempos e espaços distintos.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis. Punks e Darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**. Brasília, 1997, 29 p. Mimeografado.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 101p.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 1986.
- ALMEIDA, Elmir de. “Políticas públicas para jovens de Santo André”. In: SOUTO, Anna Luiza Salles. **Política Pública e Mercado de Trabalho**. São Paulo: Polis, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. In: *Lenin and Philosophy and other Essays*. Rio de Janeiro, Graal, 1971.
- ARIÈS, Philip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BALSADI, Otavio Valentim. “Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável”. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 15. nº 1. (jan./mar. 2001) São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8599.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2011.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BIOLCHI, Marilza Aparecida; BONATO, Amadeu Antônio; OLIVEIRA, Marcos Antônio de. “A Cadeia Produtiva do Fumo”. *Revista Contexto Rural*, ano III, nº 4, Dez. 2003. http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85. Acesso em: 24 jun. 2012.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila**. Oeiras : Celta, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**. Las crisis de La sociedad campesina em El bearne. Barcelona: Anagrama, 2004.

BOUTNET, Jean-Pierre. **Antropologia do Projeto**. Porto Alegre: Artimed, 2002.

BRUMER, Anita. **Produção Familiar e modernização da agricultura**. Porto Alegre: UFRGS-PPGS Rural, 1989, 30p. (texto não publicado).

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In: **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996, p. 40-58.

_____; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Gênero e Agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura familiar do Rio Grande do Sul. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Vol.12, n. 1 (jan. 2004), P. 205-227.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

_____; CORADINI, Lucas; PANDOLFO, Graziela Castro. Gênero e Agricultura Familiar: projetos de jovens filhos de agricultores na Região Sul do Brasil. In: Seminário Fazendo Gênero 8. Florianópolis: **Anais**, 2008.

CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais**. Caxambu: 1997.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Et alii (orgs). **Mundo Rural e Política**; ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

_____. Herança e Gênero entre agricultores familiares. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. Segundo semestre, 2001, vol. 9, n. 1, p. 22-55.

_____. Juventude e as novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto “Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne”. **Cahier d’Economie et Sociologie Rurales**, n.3, déc.1986, p.73-89.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J Graziano da. e STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense,1981.

CORADINI, Lucas. Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar. Porto Alegre, 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS: Porto Alegre, 2011.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAMASCENO, Maria N.; BESERRA, Bernardete. Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Vol. 30, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 dez 2010.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial. p. 1105-1128, out.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>. Acesso em 04 mar. 2012.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. Tese de Doutorado. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Ministério Público do Trabalho intervém nas ações da fumicultura no Paraná. **Boletim do Deser, Conjuntura Agrícola**, n. 134, dez. 2003.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Tabaco Da Produção ao Consumo Uma Cadeia da Dependência. Curitiba, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>. Acesso em 24 mai. 2012.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

- ECKERT, P.; MCCONNELL-GINETT, S. Think practically and look locally: language and gender as community-based practice. **Anual Review of Anthropology**, n. 21, 1992, p. 461-490.
- EISENSTADT, S. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. In: **Finisterra**. Vol. XLII, nº 84, Lisboa: 2007. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.
- ETGES, V. E. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1991.
- FICHTE, Johann Gottlieb. **A doutrina-da-ciencia de 1794 e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse: la entrée dans la vie**. Paris: Armand Colin, 1991.
- GASSON, R; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.
- GAVIRIA, Margarita Rosa; PEZZI, Silvana Maria. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (org.). **A agricultura familiar à mesa; saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.43-57.
- GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito de “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 102. p. 33-54, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0329102.pdf>. Acesso em 06 mar. 2012.
- GUIGOU, Jacques. **Problemas de uma sociologia da juventude rural**. In BRITO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GUIGUE, Jean; JUSTO, Hirã. **Pesquisa Qualitativa através de focus group**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.
- GUMPERZ, J.; COOK-GUMPERZ, J. Introduction: language and the communication of social identity. In: GUMPERZ, J. (Org.). **Language and social identity**. Nova York: Cambridge, 1982.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 11^o. ed. 2^o v Petrópolis: Vozes, 2004.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. 1^a Edição Porto: Ed. Madras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da população, 2000**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 ago. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo educacional 2009**. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 22 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da população, 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2011.

LAHIRE, Bernard. Homem plural: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade V. 2**. Campinas: Unicamp, 1998.

LAURENTI, A., C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “Novo Rural”. In: IAPAR (Org.). Ocupações rurais Não-Agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000, v. I, p. 1-33.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **Problema e problemática**. In: A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 8. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LEVI, Giovani; SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.) **A história dos jovens**. v1 e v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Milena Nunes. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar. Trabalho de conclusão de curso de graduação. UFRGS: Porto Alegre, 2006.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In. FORACHI, Maria Alice, (org). Mannheim,Grandes Cientistas Sociais Nº25. São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95.

MARX, Karl. **O Capital** (tomo III). O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.309-701.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MEAD, George. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago : University of Chicago, c1934. xxxviii, 401 p.

MELO, Hildete Pereira e DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, mai-ago. 2005, v. 26, n.91, p. 391-403.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Vol. 12, n. 1, 2004, p. 229-252.

_____. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~naf/doc/OPesodoTrabalhoLeve.doc>. Acessado em 15 de dezembro de 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec,1984.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactivdad em el campo latioamericano**. 1ª Ed. Quito/Equador: Ed. Flacso. Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, José Graziano. O novo rural Brasileiro. In: **Revista nova economia**, nº 7 (maio), Belo Horizonte, 1997. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 14 mar. 2011.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos avançados**. Vol. 15, nº 43. São Paulo (Set./Dez.). 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005.

Acesso em 27 jun. 2012.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Daiani da. Anuário brasileiro do tabaco 2010. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SINGER, Paul. **Campo e cidade no contexto histórico Latino-Americano**. Cidade do México. Revista Mexicana de Sociologia, vol. 35, n. 2 ,abr-jun, 1973. P.301-319.

SIQUEIRA, Luisa Helena Schwants. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS: Porto Alegre, 2004.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS: Porto Alegre, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. In: PERALVA, Angelina Teixeira ; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Revista Brasileira de Educação**, número especial: Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, maio-dez. 1997. p. 37-52. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a05.pdf>. Acesso em 29 mar. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. Apontamentos para discussão sobre a condição juvenil, TVE: **Salto para o Futuro: Juventude: o que é?**, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

- VEITH, H. Sozialisation als reflexive Vergesellschaftung. **Zeitschrift für Sozialisationsforschung und Erziehungssoziologie**. Heft. 2, 2002.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidade e perspectiva**. 3 ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.
- WEISHEIMER, Nilson. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinha, Feliz/RS. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS: Porto Alegre, 2004.
- WEISHEIMER, Nilson. **Jovens rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.
- WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS: Porto Alegre, 2009.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANEXOS

Roteiro de entrevista/questionário com adolescentes e jovens

BLOCO I. DADOS GERAIS

Data: __/__/2011.

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Sexo: () feminino () masculino

4. Estado Civil: () Solteiro - tem namorado(a): () sim () não

() Casado

() Divorciado

() Viúvo

() Outra situação: _____

5. Com quem reside? _____.

6. Qual o tamanho da propriedade? _____ hectares.

7. Quais os principais produtos produzidos para comercialização?

8. Quais os principais produtos produzidos para o consumo da família?

BLOCO II: ESCOLAR

9. Em que série está? _____.

10. Onde fica a escola em que você estuda?

() na comunidade onde reside () na sede do município () em outra comunidade do município

11. Qual a distância entre sua residência e a escola? _____ km.

12. A escola é: () municipal () estadual () particular

13. Como você vai para a escola? () a pé () transporte escolar ()
Outro: _____

14. Você já repetiu de ano? () Sim () Não

15. Quantas horas por dia você permanece na escola? _____.

16. Quantas horas por dia você dedica, fora da escola, para estudar ou fazer os deveres de casa? _____.

17. Você faltou à escola, nos últimos 30 dias? () não () sim. Quantos dias? _____

18. Na sua escola existem atividades extracurriculares? () não () sim: De quais participa? _____

19. Você acha importante estudar? () sim () não

Porquê?

20. Você pretende continuar os estudos:

() sim: qual o nível e o curso pretendido: _____

() não: porque? _____

21. As atividades abaixo deveriam ser introduzidas/ampliadas nas escolas? Indique as 3 mais importantes.

Atividades	Sim	Não	Ordem de importância
Esportes			
Literatura			
Desenho ou pintura			
Música			
Brincadeiras ou jogos			
Estudo de português			
Estudo de matemática			
Estudo de ciências			
Estudo de história			
Estudo de línguas estrangeiras. Quais?			
Práticas agrícolas			
Informática			
Artesanato			
Educação profissional			
Empreendedorismo			
Administração agrícola			
Aprendizado de contabilidade/assuntos financeiros/comercialização			

BLOCO II: TRABALHO

22. Você trabalha? () sim () não

23. Com que idade começou a trabalhar na UPF? _____.

24. Quantas horas por dia você trabalha atualmente na UPF? _____.

25. Recebe alguma remuneração em dinheiro pelo trabalho na UPF? () sim () não.

26. Se recebe remuneração:

() Recebe periodicamente uma quantia em dinheiro

() Fica com recursos provenientes de atividades autônomas

() Fica com parte dos resultados dos produtos que comercializa

() Trabalha em parceria com os pais e fica com parte pré-estabelecida dos recursos

() Quando precisa de alguma coisa pede dinheiro aos pais

27. Qual sua participação nas atividades? Com que idade começou?

Atividade	Sempre	Com frequência	Raramente	Nunca	Idade de início
Atividades domésticas					
Cuidar da horta					
Cuidar do pomar					
Plantio					

Colheita					
Cuidar dos animais					
Aplicar agrotóxicos					
Consertos da casa, galpão, estábulo					
Embalagem de produtos					
Limpeza de chiqueiros, estábulos					
Manutenção da lavoura ou estufa					
Preparo do solo para o plantio					
Tirar leite					
Transformação de alimentos					
Tratar o gado ou suínos					
Tratar pequenos animais (aves)					

28. Assinalar as atividades das quais o jovem participa e pelas quais é o responsável:

ATIVIDADES	Participa	É responsável
Comprar Insumos		
Decidir o que comprar para casa		
Decidir o que plantar		
Decidir sobre os investimentos		
Movimentar dinheiro no banco		
Falar com Técnico agrônomo		

Fazer compras para a casa		
Participar das reuniões do Sindicato ou Cooperativa		
Tirar financiamento no banco		
Vender a Produção		

BLOCO III: SOCIABILIDADE

29. O que faz quando tem tempo livre? Quais as três principais atividades que faz, por ordem de importância?

Atividades	Sim	Não	Ordem de importância
Esportes			
Brincar ou jogar			
Desenhar, pintar ou fazer artesanato			
Ler			
Ver TV			
Ver filmes			
Ir a festas			
Sair/encontrar-se com amigos ou amigas			
Descansar			
Dormir			
Viajar			
Conectar-se à Internet			
Outra(s) alternativa (s): Qual?/			

quais?			
--------	--	--	--

30. Das atividades de lazer que faz com maior frequência, quem te acompanha?

1. _____

2. _____

3. _____

31. Que atividades você pratica:

Atividade	Mais de três vezes por semana	De uma a três vezes por semana	Raramente
Ler jornal			
Ler livros			
Assistir novelas na TV			
Assistir noticiários na TV			
Trabalhos manuais			
Ir a bar			
Ir a reuniões de jovens			

32. Com que frequência você pratica essas atividades?

Atividades	Pelo menos 1 vez por semana	Algumas vezes por mês	Raramente	Nunca
Praticar esportes				
Ir à igreja				
Ir a baile ou danceteria				
Ir a festa ou quermesse na comunidade				
Assistir a show musical.				
Ir a lanchonetes ou sorveteria				
Ir a eventos esportivos				
Ir a shopping Center				
Pescar				

33. De quais destas organizações você participa?

1. () Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar.
2. () Grupo de Jovens do Sindicato.
3. () Associação de Agricultores e/ou Produtores.
4. () Associação de Jovens Agricultores e/ou Produtores
5. () Associação Comunitária ou de Bairro
6. () Grupo de Jovens da Comunidade ou Bairro
7. () Grupo de Jovens da Igreja.
8. () Associação Esportiva, Recreativa ou Cultural.
9. () Grêmio Estudantil ou União de Estudantes
10. () Movimento de mulheres

11. () não participo de nada.

34. Você tem acesso à Internet?

() sim: Onde? _____

() não

35. Caso você utilize a Internet:

a) Quantas horas por dia você utiliza a internet? _____

b) Quantas vezes por semana você utiliza a internet? _____

c) Ordene, por ordem de importância no tempo utilizado (comece com o número 1 para a finalidade mais frequente):

() ler e escrever mensagens (e-mails)

() ler notícias e buscar informações gerais

() buscar informações para fazer os trabalhos escolares

() ler livros

() ver vídeos e filmes

() jogar, brincar

() ter acesso a redes sociais (MSN, Orkut, Facebook e outras)

() aprender sobre agricultura

() aprender sobre outra atividade. Qual? _____

() outra finalidade. Qual? _____

BLOCO IV. PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL E A PERSPECTIVA DE SER AGRICULTOR

36. Na sua família, quem quer ser, já é ou vai ser agricultor (a)?

- você irmã(s)
 irmão(s) ninguém/nenhum membro da família

37. Existe a possibilidade de um dia você assumir a propriedade rural de seu pai?

- Sim Não: porque? _____

38. Você pretende ser agricultor? sim não

Por quê?

39. Caso não pretenda ser agricultor(a), que atividade/ocupação pretende ter?

40. Cite uma razão para um(a) jovem querer ser agricultor?

41. Cite uma razão para um(a) jovem não querer ser agricultor:

42. Na sua opinião, quais destes fatores são os dois mais importantes para a permanência dos jovens na agricultura familiar? (Assinale com o número **1** o primeiro e com **2** o segundo, por ordem de importância).

- ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família.
- ter vontade e dedicação pessoal.
- ter liberdade para introduzir inovações na propriedade
- ter acesso à propriedade de terra.
- ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade.
- participar de grupos de produtores, sindicatos e/ou cooperativas.
- obter uma renda considerada satisfatória.
- encontrar um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade
- ter autonomia e renda própria para seus gastos pessoais (lazer, roupas)

43. Se você pudesse escolher, gostaria de morar no campo ou na cidade?

- no campo na cidade é indiferente

Porquê?

44. Como você avalia a possibilidade de casar com um agricultor ou agricultora (caso ainda não seja casado/a)?

() avalia positivamente

() avalia negativamente, mas considera possível

() avalia negativamente e descarta a possibilidade

() é indiferente

Justifique sua resposta:

BLOCO VI. AVALIAÇÃO SOBRE O RURAL E O URBANO

45. Quais as principais vantagens do trabalho na agricultura?

46. Quais das principais desvantagens do trabalho na agricultura?

47. Como você avalia o modo de vida dos seus pais? Justifique.

() ótimo () bom () regular () ruim

48. Como você avalia o modo de vida no meio rural? Justifique.

ótimo bom regular ruim

49. Como você avalia o trabalho na agricultura? Justifique.

ótimo bom regular ruim

50. Como você avalia a educação no meio rural? Justifique.

ótimo bom regular ruim

51. Como você avalia a oferta de opções de lazer na sua comunidade/município?
Justifique.

ótimo bom regular ruim

74. Entre os jovens rurais da sua região, qual a frequência de:

	Muito frequente	Pouco frequente	Raros	Nenhum caso
Consumo de fumo				
Consumo de bebidas alcoólicas				
Consumo de drogas (crack, maconha, cocaína e outras)				
Brigas				
Acidentes de moto ou carro				
Envolvimento em gangues				
Envolvimento em tráfico de drogas				
Gravidez na adolescência				
Problemas de saúde				

52. Qual o seu sonho (o que você gostaria de realizar?)

53. O que é necessário para você realizar esse sonho?

54. Quais as chances você acredita que tem para realizar esse sonho:

() grandes chances () chances médias () poucas chances () nenhuma chance

Roteiro de entrevistas para os pais

BLOCO I. DADOS GERAIS

1. Data da aplicação do formulário de pesquisa: ____/____/____

2. Nome do
entrevistado _____

3. Idade: _____ 4. Telefone para contato: _____ (*opcional*)

5. Sexo () masculino () feminino

7. Qual o tamanho da propriedade? _____ hectares.

8. Quais os principais produtos produzidos para comercialização?

9. Quais os principais produtos produzidos para o consumo da família?

BLOCO II. EDUCAÇÃO

10. Você acha importante que seus filhos estudem? () sim () não

Por quê?

11. Qual o nível de estudo você acha que seus filhos devem ter?

(F=Fundamental M=Médio .S=Superior CT=Curso técnico Outro:qual?)

- a. Filhos e filhas que vão continuar na atividade agrícola _____.
- b. Filhos e filhas que não vão continuar na atividade agrícola _____.

12. Na sua opinião, o que deveria ser modificado na escola?

13. O senhor(a) acha que é importante que a escola onde estudam crianças e jovens tenha:

	Importante	Não é importante
Escola integral (dois turnos)		
Reforço em língua portuguesa		
Reforço em matemática		
Aprendizagem de língua estrangeira		
Arte, literatura, música, dança		
Aprendizagem de práticas agrícolas		
Aprendizagem de contabilidade e/ou administração		
Aprendizagem de informática		

14. Entre fevereiro e maio de 2011, algum de seus filhos faltou à escola?

() sim () não () não tem filhos estudando/não tem filhos

Se a resposta for Sim:

A. Quantas vezes ele/ela faltou às aulas, desde o início do ano letivo de 2011?

B. Por quê?_____

15. O Sr.(a) acha que a participação nas atividades da lavoura ou nas atividades domésticas na propriedade prejudica os jovens, de alguma maneira, nos estudos?

() sim () não

Por quê?

BLOCO III. TRABALHO

16. Com que idade seus filhos começaram a ajudar nas atividades da lavoura?

Filhos homens: _____ () não tem filhos homens () Não tem filhos ou filhas

Filhas mulheres: _____ () não tem filhas mulheres () nenhum filho ajuda na lavoura

17. Qual a importância do envolvimento das crianças e dos jovens nas atividades da agricultura? (*Indique os 2 mais importantes*).

	Classificação
Eles aprendem a trabalhar na lavoura	
Eles adquirem o hábito de trabalhar	
Eles aprendem a valorizar o trabalho dos pais	
Eles ficam mais disciplinados	
Eles contribuem para os ganhos da família	
Eles contribuem para a valorização da propriedade	
Eles deixam de estar ociosos	
Evita-se que eles andem em más companhias ou adquiram maus hábitos	

18. Em sua opinião, o que pode ocorrer quando os pais não levam os filhos para a lavoura?

	Sim	Não
A saúde dos filhos é preservada		
Os filhos têm mais tempo para ir à escola		
Os filhos terão renda maior que os pais no futuro		
Os filhos ficam ociosos e preguiçosos		
Os filhos ficam indisciplinados		
Os filhos abandonam a atividade agrícola		
Será preciso contratar trabalhadores assalariados para substituí-los no trabalho		
A renda da família será menor, porque os custos de produção serão maiores		

19. Que atividades o Sr.(a) gostaria que seus filhos tivessem, no futuro?

BLOCO IV. SUCESSÃO

20. O Sr.(a) acha que um de seus filhos vai assumir a propriedade, no futuro?

() Sim. Qual dos filhos? _____

() Não: porque? _____

() Não tem filhos

() Não é proprietário da terra

() NSA

21. Cite uma razão para um(a) jovem querer ser agricultor?

22. Cite uma razão para um(a) jovem não querer ser agricultor:

23. Na sua opinião, quais destes fatores são os dois mais importantes para a permanência dos jovens na agricultura familiar? (*Assinale com o número 1 o primeiro e com o 2 o segundo, por ordem de importância*).

- ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família.
- ter vontade e dedicação pessoal.
- ter liberdade para introduzir inovações na propriedade
- ter acesso à propriedade de terra.
- ter políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens.
- ter conhecimentos adequados sobre a produção agrícola.
- ter aprendido a trabalhar na terra, desde criança
- ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade.
- obter uma renda considerada satisfatória.
- outra: _____

BLOCO V. AVALIAÇÕES

24. Na sua opinião, qual é o papel da família na formação dos filhos?

25. Quais os valores o(a) Sr(a) considera importante transmitir aos filhos?

26. Quais suas preocupações em relação a seus filhos?

27. Entre os jovens rurais da sua região, qual a frequência de:

	Muito frequente	Pouco frequente	Raros	Nenhum caso
Consumo de fumo				
Consumo de bebidas alcoólicas				
Consumo de drogas (crack, maconha, cocaína e outras)				
Brigas				
Acidentes de moto ou carro				
Envolvimento em gangues				
Envolvimento em tráfico de drogas				
Gravidez na adolescência				
Problemas de saúde				

28. Que sonhos tem em relação a seus filhos?

29. Que sugestões o Sr.(a) daria para melhorar as condições das crianças e dos jovens da agricultura familiar?

Roteiro de entrevista para o grupo focal com os professores

BLOCO I. DADOS GERAIS

1. Data da aplicação do formulário de pesquisa: ____/____/____

3. Nome dos entrevistados, idade e sexo dos participantes:

4. Disciplina(s) e série em que trabalha:

Disciplina	Série

5. Na sua opinião, o que há de **bom** no meio rural?

6. Na sua opinião, o que há de **ruim** no meio rural?

7. Você percebe alguma diferença entre os alunos filhos de produtores rurais e os alunos residentes na zona urbana no que se refere à aprendizagem?

8. Você percebe alguma diferença entre os alunos filhos de produtores rurais e os alunos residentes na zona urbana no que se refere à frequência as aulas?

9. Na sua opinião, qual é o papel da escola na formação das novas gerações?

10. Na sua opinião, quais são os valores que considera que devam ser transmitidos pela escola aos jovens e às crianças?

11. Quais são os recursos pedagógicos que utiliza para transmitir os valores considera importante?

12. Na sua opinião, a escola cumpre o papel de formar pessoas capazes de se inserirem no mundo do trabalho?

13. Você considera os conteúdos disciplinares abordados adequados ao público atendido pela escola?

14. Na sua opinião, o que deveria ser modificado na escola?

15. O senhor(a) acha que é importante que a escola onde estudam crianças e jovens tenha:

	Importante	Não é importante
Escola integral (dois turnos)		
Reforço em língua portuguesa		
Reforço em matemática		
Aprendizagem de língua estrangeira		
Arte, literatura, música, dança		
Aprendizagem de práticas agrícolas		
Aprendizagem de contabilidade e/ou administração		
Aprendizagem de informática		

16. Você percebeu alguma transformação no que diz respeito ao acesso dos jovens aos recursos tecnológicos, tais como, computadores, celulares, internet, etc.? Se sim, quais os reflexos disso na educação?

17. Você percebe alguma diferença entre os alunos filhos de produtores rurais e os alunos residentes na zona urbana no que se refere ao domínio e ao acesso às novas tecnologias (internet, celular, ipad, tablet, etc)?
